



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E  
SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**DECISÃO DOS RECURSOS  
(INFRARRELACIONADOS)**

**I  
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados, que insurgem contra a publicação do Gabarito Preliminar, para o CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL INTERMEDIÁRIO conforme disposto no **EDITAL Nº 01 – AGU-SEP/PR, DE 29 DE ABRIL DE 2014.(\*)**

**RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA**

Inscrição	Nome	Cargo
452000916	Carla Rogéria Nascimento Galeno De Carvalho	Administrador (SEP / PR)
452001398	Viviani Aglaice Cova Lima	Administrador (SEP / PR)
452002164	Sara Lopes De Oliveira Pena	Administrador (SEP / PR)
452002620	Tatiana Flores Piecha	Administrador (SEP / PR)
452000142	Hilquias Sousa Teixeira	Agente Administrativo (SEP / PR)
452000350	Samuel Monteiro	Agente Administrativo (SEP / PR)
452001594	Karen Héllen Sousa De Figueiredo	Agente Administrativo (SEP / PR)
452002017	Jucyelle Weliza Dutra	Agente Administrativo (SEP / PR)
452003440	Vinícius Da Silva Carvalho	Agente Administrativo (SEP / PR)
452003477	Soraya Cintia Matutino Ferreira	Agente Administrativo (SEP / PR)
452004814	Wellington Luiz De Souza	Agente Administrativo (SEP / PR)
452004915	Luiz Gonzaga Bonfim Filho	Agente Administrativo (SEP / PR)
452005750	Jessica Leal E Silva Macêdo	Agente Administrativo (SEP / PR)
452009397	Danielle Fernandes Gomes	Agente Administrativo (SEP / PR)
452009507	Dyego Leal Lobo	Agente Administrativo (SEP / PR)
452011690	Leandro Oliveira Moraes	Agente Administrativo (SEP / PR)
452013253	Luciana Rangel Da Silva	Agente Administrativo (SEP / PR)
452014622	Henrique Lima De Oliveira	Agente Administrativo (SEP / PR)
452015557	Aline Ellen Alves Queiros Cruz	Agente Administrativo (SEP / PR)

452015899	Daniel Costa De Castro	Agente Administrativo (SEP / PR)
452016354	Breno Vinícius Pereira Aguiar	Agente Administrativo (SEP / PR)
452016451	Gabriel Felipe Aguiar Dos Santos	Agente Administrativo (SEP / PR)
452019932	Flávia Guedes De Carvalho Fortunato	Agente Administrativo (SEP / PR)
452020577	Cleiton Teixeira Justino	Agente Administrativo (SEP / PR)
452022119	Thiago Dos Santos Estrela Guedes	Agente Administrativo (SEP / PR)
452000430	Thays Albertim Oliveira	Analista De Sistemas (AGU)
452001476	Patrícia Cristina De Lacerda	Analista De Sistemas (AGU)
452006060	Geandro Luis Compolt	Analista De Sistemas (AGU)
452006411	Mayara Rosa Oliveira Santos	Analista De Sistemas (AGU)
452014252	Fabio Antonio Duque Estrada Rodrigues	Analista De Sistemas (AGU)
452015177	Luciano Barbosa	Analista De Sistemas (AGU)
452018395	Wellington Araújo Palmeira	Analista De Sistemas (AGU)
452000025	Renato Pereira Gonçalves	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452000364	Ricardo Cavalcante De Lima	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452000395	Jardel Henrique Soares Da Silva	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452001211	Tatiane Mansilha Viana	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452001366	Francisco Augusto De Sousa Lopes	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452001484	Maurício Moraes De Sousa	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452001879	Bruno De Arruda Casagrande	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452001961	Newton Da Silva Miranda Junior	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452002045	Jucyelle Weliza Dutra	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452002084	Leles De Paula Candido E Silva	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452002242	Jaime Ferreira De Souza Júnior	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452002366	Daniela Cristianismo Costa	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452002852	Rosania Rodrigues Fernandes	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452003076	Anderson Portela De Souza	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452003549	Alexandre Pinto Vieira De Paula	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452003631	Hugo De Marco Fernandes	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452004253	Mayara Elis Ferreira De Melo	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452004869	Washington José De Lucena	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452005006	Cleuber Monteiro Paixao	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452005736	Jessica Leal E Silva Macêdo	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452005969	Mônica Caroline Meneghelo	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452006124	Rômulo Sousa De Abreu	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452006433	Renato Fontes Contaefer	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452006883	Jesus Barros Damasceno	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452007272	Fellipe Izaías De Araujo	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452007417	Emille Souto Pinto	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452007525	Julio Cesar De Araujo	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452007537	Renata De Sousa Ramos	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452008182	Marcelo Viglioni Braga	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452009124	Jose Carlos Teixeira Barrozo Junior	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452009269	Marcos Andre De Sousa Novais	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452009537	Clyverson Da Silva Souza	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452009784	Ubaldo Arimatéia Campos	Analista Técnico Administrativo (AGU)

452010485	Rafael Vidal Da Costa	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452010967	Roberto Benvindo De Oliveira	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452011135	Barbara Flora Lucena Viana	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452011343	Bruno De Oliveira Almeida	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452011394	Ariadne Macedo Dos Santos	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452011832	Luiza Hooper Moretti	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452012116	Flavia Alvares Pacheco	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452012197	Tatiana Correa Lima Galvao	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452012421	Rozely Souza Bonfim De Santana	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452012650	Milene Maia Nascimento	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452012734	Fernando Kleber Araujo Souza	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452012868	Aline Souto De Paiva	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452013010	Jhonatan Vieira Nunes	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452013328	Maria Cristiane Ferreira De Brito	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452013394	Pedro Geraldo Maciel Da Silveira Neto	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452013647	Victor Hugo De Abreu Souza Vasconcellos	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452014614	Henrique Lima De Oliveira	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452015130	Erica Gomes Magalhães	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452015634	Larissa Alves De Brito Zarur	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452015930	Joaquim Igor De Souza Coelho	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452016273	Eliete Rodrigues Paulino	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452016838	Luisa Foizer Teixeira	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452017007	Rônia Kreyce Dos Santos Silva	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452017439	Mariana Barbosa Bahia Rocha	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452017819	Norberto Fukuta Da Cruz	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452018289	Darlan Messias Freitas Moreira	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452018551	Wesley De Jesus Gomes	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452018773	Gustavo Vieira De Souza Dias	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452019106	Isabela Rocha Lima	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452019302	Efraim Queiroz	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452019475	Lourdiane Mendes Getro Nogueira	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452019669	Aslei Andrade Da Silva	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452019930	Aline Fernanda Haas	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452020039	Marcel Moreira Viriato	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452020587	Liliane Augusta Fernandes Melo	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452020602	Ana Paula Silva Da Rocha Lima	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452020651	Quezi Da Silva Ignacio Dos Santos	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452021088	Luciano Beck Halfen Da Porciúncula	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452022608	Carlos Alfredo Lopes Vieira Dos Santos	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452022955	Christiane De Fátima Tavares	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452023432	Nazareno Arao Da Silva	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452023493	Carlos Eduardo Rodrigues Nunes	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452023535	Ana Carolina Aleixo Vilela	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452023743	Thais Andrade Fernandes	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452023896	Samira Gamarano Corrêa Rodrigues	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452024065	Galtio Prince Souza Carneiro	Analista Técnico Administrativo (AGU)

452024500	Pedro Márcio Azevedo Dos Santos De Lima Paiva	Analista Técnico Administrativo (AGU)
452000053	Fernanda Andrade Fernandes	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452000530	Lais Trindade De Jesus	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452000801	Carlos Eduardo Camelo Granato	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452004130	Maura Rodrigues Soares	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452004611	Aline Soares Queiroz	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452005820	Danielle Ledes Dos Santos	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452006525	Hellen Valente Rodrigues	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452007112	Alcione De Oliveira Silva Machado Brito	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452007631	Wilton Oliveira Barreto	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452009658	Nayá Neves De Miranda	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452011067	Fernanda Freitas De Mendonca	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452013203	Mara Regina Gois Saraiva	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452013302	Rafaela Da Silva Fernandes	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452013452	Gustavo Gomes Tavares Da Silva	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452013944	Jordana Brito Azeredo	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452015686	Carolina Miranda Almeida	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452019292	Lara Dayanne Teixeira Maciel	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452019368	Emmanuel Costa Ramirez	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452020492	Fernanda Potiguara Carvalho	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452020495	Ricardo José Pereira Bezerra	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452020849	Ana Carolina Souza Do Bomfim	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452021767	Ian Porto Coimbra	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452023460	Tatiane Gomes De Brito Costa	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452023756	Lucimeire Dos Santos Bispo	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452024037	Edigar Júnio Da Silva Martins	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452024120	Amanda Fiori Aguilár	Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)
452000520	Franciane Santana Grimaldi De Oliveira	Bibliotecário (AGU)
452002882	Raiza De Miranda Vasconcelos	Bibliotecário (AGU)
452004863	Aryane Tada Ferreira Santos	Bibliotecário (AGU)
452009285	Adriana Gaertner Marabuto Domingues	Bibliotecário (AGU)
452014627	Renata Vieira Caetano	Bibliotecário (AGU)
452018610	Sara Torres	Bibliotecário (AGU)
452001706	Maria Luiza Da Silva Andrade	Contador (SEP / PR)
452014560	Adriana Carvalho Cavalcante	Contador (SEP / PR)
452022900	Amanda Fernandes Rabelo Prado	Contador (SEP / PR)
452002892	Marcos Buarque Montenegro	Economista (SEP / PR)
452002896	Gustavo Pontes Maia	Economista (SEP / PR)
452008853	Flaco Gonzaga Vieira Da Costa	Economista (SEP / PR)
452014092	Paula Vieira De Sousa	Economista (SEP / PR)
452022800	César Marques Paino Pain	Economista (SEP / PR)
452000092	Maurizan Cruz Dos Santos	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452000114	Carolina Louise Carlos De Magalhães	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452001939	Jose Vivaldino Carvalho Bernardes	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452001966	Deborah Queiroz Da Silva	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452003441	Emerson Charley Da Fonseca Fraga	Técnico em Comunicação Social (AGU)

452003849	Rafael Ferreira Secunho	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452003912	Astor De Lima Aversa Neto	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452005914	Marina Cavalcante Gurgel De Moura	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452007619	Leonardo De Souza	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452013532	Luisa Maranhão De Araújo	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452015449	Raiza Gomes Fraga	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452017050	Flavio Antônio Borges Da Silva Gusmão	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452020279	Adriana Aquino Silva	Técnico em Comunicação Social (AGU)
452001087	Jefferson Pereira Da Silva	Técnico em Contabilidade (AGU)
452009035	Mário Henrique Lima Alves Da Cunha	Técnico em Contabilidade (AGU)
452016445	Raquel Ceretta Zamberlan	Técnico em Contabilidade (AGU)
452014776	Alane Daiana Rocha Ribeiro	Técnico em Contabilidade (SEP / PR)
452018051	Vantuil Souza Franco	Técnico em Contabilidade (SEP / PR)

**II**  
**DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS**  
**ANÁLISE DOS RECURSOS**

As questões que foram anuladas ou tiveram a alternativa de resposta alterada, coincidentes para provas de mais de um cargo, também sofreram alteração, mesmo não sendo objetos de recursos nos referidos cargos. Esta atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do presente processo seletivo quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos.

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas.

## Cargo: Administrador (SEP / PR)

### Questão: 15

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca do documento no Padrão Ofício, o Manual de Redação da Presidência da República expressa:

#### 3. O Padrão Ofício

Há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma: o *ofício*, o *aviso* e o *memorando*. Com o fito de uniformizá-los, pode-se adotar uma diagramação única, que siga o que chamamos de *padrão ofício*. As peculiaridades de cada um serão tratadas adiante; por ora busquemos as suas semelhanças.

##### 3.1. Partes do documento no Padrão Ofício

O *aviso*, o *ofício* e o *memorando* devem conter as seguintes partes:

##### a) tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede:

Exemplos:

Mem. 123/2002-MF Aviso 123/2002-SG Of. 123/2002-MME

##### b) local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita:

Exemplo:

Brasília, 15 de março de 1991.

##### c) assunto: resumo do teor do documento

Exemplos:

Assunto: **Produtividade do órgão em 2002.**

Assunto: **Necessidade de aquisição de novos computadores.**

d) **destinatário**: o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do ofício deve ser incluído também o *endereço*.

e) **texto**: nos casos em que não for de mero encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

– introdução, que se confunde com o parágrafo de abertura, na qual é apresentado o assunto que motiva a comunicação. Evite o uso das formas: "*Tenho a honra de*", "*Tenho o prazer de*", "*Cumpre-me informar que*", empregue a forma direta;

– desenvolvimento, no qual o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição;

– conclusão, em que é reafirmada ou simplesmente rerepresentada a posição recomendada sobre o assunto.

Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

Já quando se tratar de mero encaminhamento de documentos a estrutura é a seguinte:

– introdução: deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é *encaminhar*, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário, e assunto de que trata), e a razão pela qual está sendo encaminhado, segundo a seguinte fórmula:

*"Em resposta ao Aviso nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, encaminhado, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal."*

ou

"Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste."

– desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de *desenvolvimento*; em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento.

f) **fecho** (v. 2.2. *Fechos para Comunicações*);

g) **assinatura** do autor da comunicação; e

h) **identificação do signatário** (v. 2.3. *Identificação do Signatário*).

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

### **Questão: 26**

#### **Recurso Procedente. Questão anulada**

Na opção de resposta letra "C" faltou a inscrição de um símbolo matemático (interseção) para a correta interpretação e solução da referida questão.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi... [et al.]. – 4. Ed. São Paulo: atual, 2007

### **Questão: 35**

#### **Recurso Procedente. Questão anulada.**

Houve erro material na elaboração da questão. O comando correto para marcar as mensagens como lidas é pressionar as teclas Ctrl+Q. O pressionamento das teclas Ctrl+K é utilizado para verificar nomes.

O recurso é procedente e a questão deve ser anulada.

### **Questão: 51**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão tratava do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada" e solicitava que fosse marcada a alternativa que não apresentasse relação **direta** com a temática levantada. Pois bem. A única alternativa que não trazia uma relação direta com a temática apresentada era aquela que tinha a seguinte redação "a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes (Súmula 629, do STF)". Sustentavam os recursos que o tema mandado de segurança coletivo e autorização de entidade de classe, se interpretado com posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça, levariam à discussão sobre a coisa julgada. Com a devida vênias aos recursos apresentados, o raciocínio utilizado para sustentar que a coisa julgada tem relação com o texto da alternativa não indica uma relação direta com a temática, mas apenas indireta. Os recursos trazem todo um longo raciocínio, inclusive invocando jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para concluir que o tema mandado de segurança coletivo tem ligação com o tema coisa julgada. Percebe-se, portanto, como já dito, que a ligação não é direta, mas envolve outras discussões para se chegar a ela. Outros recursos indicam que o enunciado da questão trata, em síntese, da segurança jurídica e que foi visando à segurança jurídica que o Supremo Tribunal Federal editou a súmula citada. Ora, o conteúdo da alternativa e do enunciado da súmula não tratam da segurança jurídica. Assim, não há relação direta entre a alternativa e o enunciado. Deste modo, não há que se modificar a alternativa indicada pelo gabarito preliminar. Por fim, de se ressaltar que a alternativa que trata do arquivamento do inquérito policial e propositura de ação penal sobre o mesmo caso também tem ligação direta com a temática apresentada pelo enunciado. É que apesar de ainda não se falar

em processo judicial, mas em procedimento administrativo, quando o inquérito policial é arquivado discute-se se haveria coisa julgada formal ou material a impedir o ajuizamento de posterior ação penal. O posicionamento majoritário, inclusive indicado no enunciado de súmula citado na alternativa é o de que, com novas provas, seria possível o ajuizamento de ação penal, posto que a decisão de arquivamento faria, apenas, coisa julgada formal. Ao contrário, quando o arquivamento se desse por atipicidade do fato, haveria coisa julgada material. Assim, conclui-se que a alternativa tem ligação direta com a temática levantada no enunciado da questão. E tanto isso é verdade que alguns doutrinadores chegam a nomear os capítulos que tratam do tema como “coisa julgada na decisão de arquivamento”.

**Fonte:** LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Curso de Processo Penal**. Niterói: Impetus, 2013.

#### **Questão: 65**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De início, deve-se frisar não haver equívoco no enunciado da questão. Isto porque, consta expressamente que João e José foram condenados pelos dois crimes – concussão e corrupção passiva – em concurso material. Posteriormente, ao afirmar que o “juiz fixou as penas e João e José em 2 e 4 anos, respectivamente, pelos crimes de concussão e corrupção passiva”, está claro que, numa leitura do enunciado como um todo, o termo “respectivamente”, correlaciona os crimes às penas e não as penas aos agentes. Ademais, o conhecimento sobre concurso material não foi objeto de questionamento. Apenas foi citado no enunciado, não se exigindo do candidato conhecimento do tema. Do mesmo modo a referência do art. 59 do Código Penal, apenas integrava o enunciado da questão, mas não exigia que o candidato tivesse conhecimento do artigo. Por fim, é correta a alternativa que indica que “Manoel não praticou crime algum”. Como explica a doutrina “no tipo penal do art. 333 não se encontra a previsão do núcleo *dar*, ao contrário do que ocorre com os delitos mencionados nos arts. 309 do Código Penal Militar e 337-B do Código Penal. Assim, por não ser possível recurso à analogia *in malam partem*, deverá ser considerado atípico o comportamento do *extraneus* que, cedendo às solicitações do funcionário corrupto, lhe dá a vantagem indevida.”(GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2014, p. 1079-1080). Sobre o tema existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: HC 62908/SE, 5ª T., Relª Min.ª Laurita Vaz, DJ 3/12/2007, p. 339.

**Fonte:** GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2014, p. 1079-1080.

#### **Questão: 72**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta como alternativa correta a “D”, pois a identidade do denunciante deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar. Não prospera a alegação de que a alternativa “C” também estaria incorreta, pois o enunciado é claro ao situar o assunto debatido na questão, qual seja, as Comissões de Ética, importantes instrumentos preconizados pelo Decreto nº 1.171/1994, não se confundindo com a Comissão de Ética Pública - CEP. Não há, tampouco, prejuízo para a resolução da questão com relação ao erro material do ano do Decreto nº. 1.171, sobretudo porque são abordados assuntos previstos no Decreto nº 6.029/2007. Cabe destacar, ainda, que a alternativa “A” está de acordo com o art. 7º, inciso I, do Decreto nº 6.029/2007.

#### **Questão: 74**

##### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O tempo verbal do enunciado da questão provocou os candidatos a procurarem elementos acerca da situação emergencial citada na resposta apontada como correta, o que prejudicou a resolução da questão. Por esse



motivo, a questão deve ser anulada.

**Questão: 75**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Estão incorretos somente os itens II e IV. Na segunda assertiva, a recusa de fé a documentos públicos é penalizável com advertência, nos termos do art. 129: “A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave”. Por sua vez, a quarta assertiva também se mostra equivocada, considerando que o art. 139 informa que a inassiduidade habitual é caracterizada após a falta ao serviço por sessenta dias. A primeira e terceira assertivas estão em conformidade com o art. 131 e 133 da Lei 8112/90.

**Questão: 80**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o art. 2º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o arrendamento é o meio adequado para cessão onerosa de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do porto organizado, para exploração por prazo determinado.

**Cargo: Agente Administrativo (SEP / PR)**

**Questão: 01**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz, os diferentes gêneros textuais são mobilizados pelas pessoas de acordo com a condição específica da situação de comunicação em que se encontram, oralmente ou por escrito (desde um simples cumprimento matinal até a elaboração de um programa de televisão ou de um artigo científico), e devem ser escolhidos conforme o contexto para serem bem compreendidos.

No quadro a seguir os principais gêneros e o tipo textual referente:

Situações sociais de uso <b>Tipos de texto</b> Capacidades de linguagem dominantes	<b>Gêneros orais e escritos</b>
Cultura literária ficcional <b>Narrar</b> Contar uma história ficcional coerente.	Conto maravilhoso Fábula Lenda Narrativa de aventura Narrativa de ficção científica Narrativa de enigma Narrativa mítica Biografia romanceada Romance Romance histórico Novela fantástica Conto Crônica literária

	<p>Adivinha Piada Etc.</p>
<p>Documentação e memorização das ações humanas</p> <p><b>Relatar</b> Contar fatos reais ou experiências vividas, situando-os no tempo e no espaço.</p>	<p>Relato de experiência vivida Relato de viagem Diário íntimo Testemunho Caso Autobiografia Curriculum vitae Notícia Reportagem Crônica social Crônica esportiva Relato histórico Ensaio ou perfil biográfico Biografia Etc.</p>
<p>Discussão de problemas sociais controversos</p> <p><b>Argumentar</b> Expressar opinião, utilizando argumentos para defender um ponto de vista e convencer o interlocutor.</p>	<p>Textos de opinião Diálogo argumentativo Carta de leitor Carta de reclamação Carta de solicitação Debate deliberativo Debate regrado Assembleia Discurso de defesa (advocacia) Discurso de acusação (advocacia) Resenha crítica Artigos de opinião ou assinados Editorial Ensaio Etc.</p>
<p>Transmissão e construção de saberes</p> <p><b>Expor</b> Apresentar diferentes formas do conhecimento.</p>	<p>Texto expositivo (em livro didático) Exposição oral Seminário Conferência Comunicação oral Palestra Entrevista de especialista Verbete Artigo enciclopédico Tomada de notas Resumo de textos expositivos e</p>

	explicativos Resenha Relatório científico Relatório oral de experiência Etc.
Instruções e prescrições <b>Instruir</b> Orientar comportamentos.	Instruções de montagem Receita Regulamento Regras de jogo Instruções de uso Comandos diversos Textos prescritivos Etc.

(Adaptado de: Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.)

De acordo com o quadro acima, podemos ver os 5 tipos textuais separadamente. Não há dúvidas de que características de tipos diferentes podem aparecer em um mesmo texto, porém, sempre haverá uma predominância. Deste modo, de acordo com o enunciado do texto: *“De acordo com a estrutura e os recursos utilizados no texto na construção das ideias, é correto afirmar que se trata de um texto, predominantemente,”* é possível identificarmos a constatação da ocorrência de determinada predominância quanto ao tipo textual apresentado. Para tanto, o editorial (gênero textual em análise) é listado juntamente com outros gêneros textuais pertencentes ao tipo argumentativo.

Fonte: CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CILEY, Cleto. *Interpretação de textos: construindo competências e habilidades em leitura*. 2 ed. São Paulo: Atual Editora, 2012.

#### **Questão: 02**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa “A coexistência de diferentes pensamentos é responsável pela promoção de avanços de grande importância no cenário nacional.” pode ser comprovada através do trecho destacado: *“As conquistas não são poucas, vieram aos poucos e estão longe de terminadas. Todas elas são fruto do ambiente livre, em que diferentes ideias podem ser debatidas e testadas. Todas são fruto, numa palavra, da democracia.”* (2º§)

Fonte: O próprio texto.

#### **Questão: 04**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Período em análise: “Se há pensamento autoritário no país, ele é minoritário.” A conjunção “se” pode é considerada condicional quando inicia oração que exprime condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar o que se declara na oração principal. Além disso, o conectivo “se” pode expressar atitude de incerteza, de suspeita, de suposição. Assim sendo, não há propriedade em dizer que existe uma condição no período em análise, mas sim que há uma dúvida – incerteza, suspeita – de que haja algum pensamento autoritário no país.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. Publifolha.

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

### Questão: 07

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “E) determinado ponto de vista que será desenvolvido no texto.”, considerada correta pelo gabarito oficial, pode ser comprovada através do trecho a seguir:

*“[...] Todas são fruto, numa palavra, da democracia.*

*Eis a principal diferença entre os dois Brasis, separados por 50 anos: em 1964 havia, à direita e à esquerda, ceticismo em relação à democracia; hoje, não mais. Se há pensamento autoritário no país, ele é minoritário. Nossas instituições democráticas deram prova de vitalidade ao promover o impeachment de um presidente, a condenação de corruptos poderosos no caso do mensalão e ao manter ampla liberdade de opinião e de expressão. A cada eleição, o brasileiro gosta mais da democracia.”* “C) afirmação associada ao desenvolvimento de uma ideia.”

Um ponto de vista é o elemento subjetivo que determina a impressão pessoal do autor, suas idiossincrasias, suas preferências, que fazem com que veja apenas o que quer ou pensa ver. Dizer, pois, que as conquistas citadas no texto são fruto da democracia aponta para um ponto de vista do autor. O desenvolvimento posterior está relacionado ao recurso argumentativo empregado no parágrafo seguinte em que o autor recorre a fatos históricos referenciados, registro da realidade observável. A alternativa “C) afirmação associada ao desenvolvimento de uma ideia.” não pode ser considerada correta, pois, não há afirmação acrescida (associada) ao desenvolvimento de uma ideia no trecho em destaque, o desenvolvimento do ponto de vista ocorre posteriormente, conforme é registrado na alternativa “E”.

#### Fonte:

- O próprio texto.
- PIMENTEL, Carlos. Redação Descomplicada. 2 ed. São Paulo: Saraiva Editora, 2012.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. 17 ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

### Questão: 10

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Os vocábulos ‘cinquentenário’ e ‘império’ são acentuados devido à mesma justificativa. O mesmo ocorre com o par de palavras apresentado em”, podemos compreendê-lo da seguinte forma: A expressão “o mesmo” refere-se ao fato de que os dois vocábulos apresentados possuem a mesma justificativa para a acentuação gráfica, portanto, deveria ser identificado o par de palavras em que o mesmo ocorre, ou seja, o par de palavras que possuem a mesma justificativa para a acentuação entre si, assim como “cinquentenário” e “império”. Os vocábulos “rápida” e “tráfego” são acentuados graficamente devido à mesma justificativa: as duas palavras são proparoxítonas e toda proparoxítonas deverá ser acentuada graficamente.

Fonte: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

**Questão: 12****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“As palavras não se distribuem livre e aleatoriamente na construção das orações, mas segundo três fatores interligados:

- 1) as classes a que pertencem em virtude de seu enquadramento sintagmático;
- 2) os lugares a elas destinados pela hierarquia informacional interna dos enunciados;
- 3) os significados relacionais que, devido a essa hierarquia, deverão exprimir.

Tais possibilidades posicionais são em parte previstas pela categoria sintática da voz.”

Vejam a “hierarquia informacional interna” que ocorre em:

“**Luta** domina Rio e estudantes vão continuar” - expressa-se um evento em que se destaca um personagem central nomeado pelo substantivo “luta”. Ele foi escolhido para desempenhar o papel de sujeito da oração. Esta posição marca um lugar proeminente na hierarquia informacional. Se esse lugar fosse preenchido com “Rio”, este seria o destaque. A alternativa “C) sua substituição por ‘Rio é dominado por luta e estudantes irão continuar’ mantém a mesma intenção discursiva original.” não pode ser considerada correta pelo exposto anteriormente.

Fonte: AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

**Questão: 16****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede a probabilidade de o número voltado para cima seja o número 3, dado que tal número é ímpar.

$$probabilidade = \frac{\text{número de casos que interessam}}{\text{número total de casos}}$$

Número de caso que interessam = 1 (sair o número 3)

Número total de casos = 3 (um número ímpar entre os números 1, 3 e 5)

$$probabilidade = \frac{1}{3}$$

Mantido o gabarito LETRA A.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi... [et al.]. – 4. Ed. São Paulo: atual, 2007.

**Questão: 17****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

É uma questão de permutação com repetição.

Número de senhas formadas a partir da palavra BRASUCA iniciadas com a letra B é equivalente a perguntar quantos anagramas da palavra BRASUCA começam com a letra B. Se a letra B deve iniciar todas as senhas então a letra B não irá diferenciar senhas.

As outras seis letra (RASUCA) é que o farão.

Para resolver a questão proposta basta responder: quantos anagramas tem a palavra RASUCA.

É uma permutação com repetição de um total de seis letras em a letra A aparece duas vezes.

$$p = \frac{6!}{2!} = \frac{6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1}{2 \times 1} = 6 \times 5 \times 4 \times 3 = 360$$

Mantido o gabarito LETRA A.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi... [et al.]. – 4. Ed. São Paulo: atual, 2007.

**Questão: 22****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na formação de números a ordem dos elementos é importante.

O número zero não pode ocupar a posição mais a esquerda (1ª posição), se isto ocorrer o número ficará com apenas três algarismos e não quatro, conforme solicitado no enunciado;

e a posição mais a direita (4ª posição) deve ser ocupada por um número par.

Pode repetir elemento (números), a questão não exigiu que os algarismos fossem distintos.

$\overline{1^a \text{ posição}} \quad \overline{2^a \text{ posição}} \quad \overline{3^a \text{ posição}} \quad \overline{4^a \text{ posição}}$

A 1ª posição pode ser ocupada por qualquer um dos algarismos {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7}, 7 possibilidades de escolha.

A 2ª posição pode ser ocupada por qualquer um dos algarismos {0,1, 2, 3, 4, 5, 6, 7}, 8 possibilidades de escolha.

A 3ª posição pode ser ocupada por qualquer um dos algarismos {0,1, 2, 3, 4, 5, 6, 7}, 8 possibilidades de escolha.

A 4ª posição pode ser ocupada por qualquer um dos algarismos {0, 2, 4, 6}, 4 possibilidades de escolha.

A quantidade de números a ser formada é dada por:  $7 \times 8 \times 8 \times 4 = 1.792$ .

Mantido o gabarito LETRA C.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo: atual, 2007.

**Questão: 24****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As letras iniciais da sequência apresentada constituem a sequência das iniciais dos dias da semana.

Quarto	→	Quinta
Safar	→	Sexta
Solidão	→	Sábado
Decente	→	Domingo
Sócrates	→	Segunda-feira
Topázio	→	Terça
?	→	Quarta-feira

A palavra que substitui o ponto de interrogação é uma palavra iniciada com a letra “Q”, das opções apresentadas: “querida”.

Mantido o gabarito Letra B.

Sustenta o recurso que: “por se tratar de uma questão lógica, a resposta mais cabível seria a letra "D", pois de acordo a quantidade das letras de cada palavra e a sequência, seria a palavra que teria 9 letras vindo de uma sequência com 6 letras, 5letras, 7 letras, 7 letras, 8 letras, 7 letras e por fim, como no inicio, seriam acrescentadas duas letras, vindo uma palavra com 9 letras, sendo como resposta a palavra somatório, letra D”.

A sequência que representa o número de letras de cada palavra

$6 - 5 - 7 - 7 - 8 - 7 - ?$

Não há um padrão lógico que garanta a substituição do ponto de interrogação por uma palavra de 9 letras.

Sustenta o recurso que: "... existe uma sequência lógica no item em questão que se refere ao número de sílabas: o número de sílabas corresponde ao número de palavras, começando em 2 (quarto, safar), depois 3 (solidão, decente, Sócrates), e então 4 (topázio), vindo em seguida "salamandra" (4 sílabas)". E solicita que a alternativa "e" (salamandra) também seja considerada correta.

A sequência que representa o número de sílabas de cada palavra:

$$2 - 2 - 3 - 3 - 3 - 3 - ?$$

Não há um padrão lógico que garanta a substituição do ponto de interrogação por uma palavra de 3 sílabas ou 4 sílabas.

Vale ressaltar que segundo o dicionário Houaiss, a palavra "topázio" é uma palavra de três sílabas.

Fonte: Villar, Bruno Raciocínio lógico / teoria e treinamento prático / Bruno Villar. 2. Ed – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2010.

### Questão: 25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

2 notas de R\$5,00

1 nota de R\$5,00 + 2 notas de R\$2,00 + 1 moeda de R\$1,00

1 nota de R\$5,00 + 1 notas de R\$2,00 + 3 moeda de R\$1,00

1 nota de R\$5,00 + 5 moeda de R\$1,00

5 notas de R\$2,00

4 notas de R\$2,00 + 2 moedas de R\$1,00

3 notas de R\$2,00 + 4 moedas de R\$1,00

2 notas de R\$2,00 + 6 moedas de R\$1,00

1 notas de R\$2,00 + 8 moedas de R\$1,00

10 moedas de R\$1,00

Dez maneiras diferentes de realizar o pagamento.

Mantido o gabarito LETRA D

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

### Questão: 27

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

$$\begin{cases} 3x + 2y = 2 \\ 6x + 4y = 2 + m \end{cases} \quad (-2L_1 + L_2) \Rightarrow \{0 = -2 + m$$

$m = 2 \Rightarrow$  Sistema Possível e Indeterminado (SPI), infinitas soluções.

$m \neq 2 \Rightarrow$  Sistema Impossível (SI), não há solução.

Mantido o gabarito Letra E.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

### Questão: 30

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

A questão dever ser anulada, pois possuem duas possíveis respostas corretas, letras: A e C

Partindo do pressuposto de que todas as proposições são verdadeiras.

$$P_1: \text{Se } \underbrace{\text{não estudo DT}}_{F_7}, \text{ então } \underbrace{\text{não estudo Português}}_{F_6}$$

$P_2$ :  $\underbrace{\text{Estudo RL}}_{V_3}$  ou  $\underbrace{\text{estudo Contaba}}_{F_2}$

$P_3$ :  $\underbrace{\text{Estudo Português}}_{V_5}$  ou  $\underbrace{\text{não estudo RL}}_{F_4}$

$P_4$ :  $\underbrace{\text{Hoje não estudo Contaba}}_{V_1}$

Conclusões: Não estudo Contaba  
Estudo RL  
Estudo Português  
Estudo DT

Fonte: Carvalho, Sérgio - Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, 464p. – (Série provas e concursos)

#### Questão: 42

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa encontra-se no presente, como se pode ver: "Integrantes do bloco denominado "conservador", México e Colômbia são grandes parceiros comerciais dos Estados Unidos", desta forma, não se justifica o questionamento apresentado no recurso. México e Colômbia desenvolvem uma política conservadora e possuem grande parceria comercial com os Estados Unidos.

Fonte: <https://almanaque.abril.com.br/materia/a-america-latina-e-a-crise-mundial>

#### Questão: 46

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Há uma incorreção de digitação onde a palavra "polícia" foi digitada no lugar de política, o que gera confusão quanto ao entendimento correto da afirmativa. Desta forma, a fim de evitar prejuízos, a questão deve ser anulada.

#### Questão: 48

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais não apresentam a fonte específica de onde foi retirada a informação contraditória a esta questão, enquanto a banca se baseia em informações de diversos veículos de comunicação que afirmam que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) é um órgão composto por delegações de 130 governos para prover avaliações regulares sobre a mudança climática. Nasceu em 1988, da percepção de que a ação humana poderia estar exercendo uma forte influência sobre o clima do planeta e que é necessário acompanhar esse processo.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI2072927-EI8278,00.html>

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071107\\_ipcc\\_qa\\_pu.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071107_ipcc_qa_pu.shtml)



**Questão: 50****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão solicitava que fosse marcada a afirmativa INCORRETA. Por isso, não se pode afirmar que a maior perda de integrantes na Câmara ocorreu na região Sul, mas no Nordeste que caiu de 151 para 147. O Norte teve o maior aumento já que a bancada dos estados desta região aumentou de 65 para 70, sendo que o Pará registrou a maior elevação de bancada (17 para 21). O Nordeste apresenta o maior número de estados com redução (4 – Pernambuco, Paraíba, Piauí e Alagoas). O Centro-Oeste não registrou nenhuma mudança entre suas unidades, já o Sudeste teve mudanças em Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, no entanto, o resultado final ficou o mesmo, já que Minas aumentou duas cadeiras e Rio e Espírito Santo perderam uma cadeira cada.

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/agu-pede-ao-supremo-para-julgar-com-urgencia-alteracao-em-bancadas.html>

**Questão: 53****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito preliminar indicou como resposta a letra “A” que está correta, pois de acordo com o Título IV, Capítulo IV, Seções I, II e III da Constituição da República Federativa do Brasil. A alternativa “B” está incorreta, pois fere o §1º do art. 131 da CRFB/88, pois o Advogado-Geral da União, chefe da Advocacia-Geral da União é de livre nomeação pelo Presidente da República, na forma prevista no referido parágrafo. Por fim, não há como dizer que na execução da dívida ativa de natureza tributária, a AGU representará a União. Isto porque estabelece a CRFB/88 expressamente, no §3º do art. 131 que “Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.” Qualquer outra previsão em legislação infraconstitucional não está adequada ao comando constitucional. Deste modo, a alternativa “C” também estava incorreta.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil

**Questão: 63****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso que além da alternativa “C”, indicada pelo gabarito preliminar, também a alternativa “D” estaria correta. Sem razão o recurso apresentado. Como explica a doutrina “as hipóteses de cabimento do procedimento sumário se dividem em dois grupos: cabimento em razão do valor (art. 275, I) e cabimento em razão da matéria (art. 275, II). Neste último, observa-se o procedimento sumário qualquer seja o valor”. Assim, constata-se que é possível que uma causa do procedimento sumário exceda sessenta vezes o valor do salário mínimo. Deste modo, a alternativa “D” está incorreta.

Fonte: CÂMARA. Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 416.

**Questão: 68****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta correta à questão é a alternativa D, conforme o gabarito divulgado.

De acordo com Bernardes (2008, p. 16) temos:

Suporte: Material sobre o qual as informações são registradas.

Forma: Forma de estágio de preparação e transmissão dos documentos.

Formato: Configuração física que assume um documento, de acordo com a natureza do suporte e o modo como foi confeccionado.

Gênero: Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos (com a linguagem) utilizado na comunicação de seu conteúdo.

Espécie: Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.

Tipo: Configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou.

De acordo com Paes (1991, p. 29), temos: “Quanto à natureza do assunto os documentos podem ser ostensivos ou sigilosos.”

Fonte:

- BERNARDES, Ieda Pimenta (Coord.). **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008, p. 36. Disponível em:  
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/GESTAO\\_DOCUMENTAL\\_APLICADA\\_leda.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_leda.pdf)>
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

### **Questão: 70**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso improcedente posto que a alternativa “B”, ao afirmar que os dirigentes de organizações públicas prestam contas aos cidadãos e eleitores, e não a um grupo específico. (grifo nosso) não está se contrapondo à ideia de prestação de contas aos órgãos de controle e sim à limitação da prestação de contas no âmbito privado que geralmente é feita aos sócios ou acionistas de uma empresa. Recurso improcedente.

Fonte: Conhecimentos gerais de Administração Pública.

### **Questão: 74**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso improcedente vez que a alternativa “E”, ao tratar da “reversão” dos bens, está a dizer a mesma coisa que “perda” dos bens, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa. Recurso improcedente.

Fonte: BRASIL. Lei n. 8.429 de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

### **Questão: 75**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto às razões recursais relativas ao art. 139 da lei 8112, não procedem na medida em que a questão 75 não versa sobre esta lei.

A sequência correta é V - V- F, portanto a alternativa correta é a letra A, como segue justificado abaixo:

(V) A primeira afirmativa resume uma definição filosófica convencional do campo de conhecimento que a filosofia define como "ética". Ela é, para os filósofos, um tipo de saber que se constrói racionalmente, utilizando, para isso, o rigor conceitual e os métodos de análise e explicação próprios da filosofia. Pretende desdobrar conceitos e argumentos que permitam compreender a dimensão moral da pessoa humana, incluindo os componentes sociológicos, psicológicos, econômicos ou de qualquer outro tipo, sem reduzi-la a estes fatores.

(V) A segunda afirmativa é uma proposição genérica que abarca as diferentes posições acadêmicas a respeito da distinção e da relação entre ética e moral. De fato, há quem considere a ética um campo de argumentação racional que privilegia o agente e a moral como um campo de tradições e costumes descritíveis; assim como

há quem considere a ética portadora de valores universais (objetivos), enquanto a moral é histórica e psicologicamente determinada.

(F) A terceira proposição erra ao afirmar que comportamentos humanos, mesmo biológica e psicologicamente condicionados, não sejam passíveis de juízo ético e moral. Independentemente da corrente teórica e aplicada, os estudiosos de ética e moral reconhecem que os homens são capazes de identificar, avaliar, aceitar, recusar ou modificar os condicionamentos e os juízos a respeito deles.

Fonte CORTINA, Adela. *Ética*. São Paulo, Loyola, 2010.

## Cargo: Analista De Sistemas (AGU)

### Questão: 06

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O futuro do pretérito do indicativo indica:

a) um fato posterior a certo momento do passado. Ex.: Ontem você disse que me telefonaria. Correspondente a: B) Eles prometeram que estariam na palestra.

Correspondente também a: D) Hoje, pela manhã, confirmou que estaria no almoço.

b) um fato futuro certo, mas ainda dependente de certa condição. Ex.: O pai ficaria feliz se o filho seguisse a carreira diplomática.

Correspondente a : C) Estaria realizado se seguisse seus conselhos.

c) um fato futuro duvidoso. Ex.: Seria possível um casamento desses?

Correspondente a: A) Estaria feliz na casa que foi comprada?

d) incerteza sobre fatos passados. Ex.: Estaria o major realmente doente, quando morreu?

Correspondente a: E) Estaria o professor realmente doente quando não veio trabalhar?

E também correspondente a: “[...] pois sua filha estaria doente [...]”

Fonte: SACONNI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática Teoria e Prática*. Ed. Atual.

### Questão: 16

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso prejudicado por ausência de pedido.

### Questão: 19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O assunto abordado pela questão está disposto no Edital, no tópico “Álgebra linear”, logo matrizes, determinantes e sistemas lineares estão inseridos neste tópico.

Fonte: Edital

### Questão: 21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se o edital relaciona o tópico “Álgebra linear”, ficam subentendidos os itens: matrizes, determinantes e sistemas lineares.

Fonte:

- Editas de provas anteriores.
- Diversos cursos preparatórios via internet.

**Questão: 26****Recurso Procedente. Questão anulada**

Na opção de resposta letra “C” faltou a inscrição de um símbolo matemático (interseção) para a correta interpretação e solução da referida questão.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

**Questão: 49****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Estão corretas as afirmativas I e III. A Síria, país que obteve o maior número de concessões a refugiados em 2013 vive no governo de *Bashar Al Assad* o mais sanguinário conflito que está ocorrendo no planeta hoje. Os países que lideram os pedidos e concessões, Bangladesh e Síria, respectivamente, são do continente asiático. Para se entender que a Banca gostaria de saber os continentes que possuem mais países nas listas, a afirmativa deveria ser “os países que lideram a lista de pedidos e concessões em quantitativo são...” Da forma como está, sem esta especificação, afirma-se apenas que os países que estão na frente nas duas listas são do continente asiático. As afirmativas II e IV estão incorretas. O quantitativo de pedidos oriundos de países da região do Oriente Médio e de concessões não chega à metade dos números totais registrados. Os pedidos de refúgio vêm da Ásia (Síria, Paquistão, Butão, Irã e Líbano), África (Rep. Dem. Do Congo, Mali, Nigéria, Angola, Costa do Marfim, Eritreia e Senegal) e Américas (Colômbia, Bolívia e Venezuela).

Fonte:

- <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/brasil-tem-hoje-52-mil-refugiados-de-79-nacionalidades-diferentes.html>
- <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/refugiados-brasil/>

**Questão: 51****Recurso Procedente. Questão anulada.**

Há um erro nas alternativas que contemplam a questão e por isso a banca anula a questão.

De acordo com o Guia de Elaboração do PDTI do SISP, versão 1.0, o SISP tem por finalidade:

Assegurar ao Governo federal suporte de informação adequado, dinâmico, confiável e eficaz;

Facilitar aos interessados a obtenção das informações disponíveis, resguardados os aspectos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade, bem como restrições administrativas e Limitações legais;

Promover a integração e a articulação entre programas de governo, projetos e atividades, visando a Definição de políticas, diretrizes e normas relativas a gestão dos recursos de tecnologia da informação;

Estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando a melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;

Estimular o desenvolvimento, a padronização, a integração, a interoperabilidade, a normalização dos serviços de produção e disseminação de informações, de forma desconcentrada e descentralizada;

Propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;

Estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e

Definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal.

Por haver duas alternativas (D e E) que contemplam a questão, a banca anula questão.

Fonte: Guia de elaboração de PDTI do SISP: versão 1.0 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. - Brasília: MP/SLTI, 2012. Pág. 12.

**Questão: 56****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Desenho de Serviços: Orientar a concepção dos Serviços de TI para garantir a qualidade do serviço, a satisfação do cliente e a relação custo e benefício na prestação de serviços.

Fonte: Referência: FREITAS, M. A. dos S. – Fundamentos do Gerenciamento de Serviços de TI – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Brasport, 2013 pág. 88.

**Questão: 57****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O planejamento do BPM (*Business Process Management* – Gerenciamento de Processos de Negócio) tem o propósito de definir as atividades que contribuirão para o alcance das metas organizacionais, e uma das atividades que pertence a fase de Planejamento do BPM é: preparar, no todo ou em parte, a visão global de processos.

Fonte: VALLE, R.; OLIVEIRA, S. B. de, - Análise e Modelagem de Processos de Negócio: foco na notação BPMN (*Business Process Modeling Notation*) – 1ª ed. – 4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012 - pág. 111.

**Questão: 58****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O alinhamento na direção do modelo de produção pode referir-se a tecnologia, ao perfil da mão de obra, ao sentido de flexibilidade e aos imperativos ecológicos e de sustentabilidade.

A questão está em acordo com o edital, uma vez que foi solicitado: Gestão e Análise de Processos de Negócio.

**Conceitos de cadeia de valor [...]**

Fonte: Referência: VALLE, R.; OLIVEIRA, S. B. de, - Análise e Modelagem de Processos de Negócio: foco na notação BPMN (*Business Process Modeling Notation*) – 1ª ed. – 4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012 - pág. 6.

**Questão: 64****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O *National Institute of Standards and Technology* (NIST) publicou o *Federal Information Processing Standard* FIPS 186, conhecido como padrão de assinatura digital (*Digital Signature Standard* – DSS). DSS utiliza um algoritmo que foi projetado para oferecer apenas a função de assinatura digital.

Fonte: STALLINGS, W. – Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas – 4ª ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008 – pág.: 280

**Questão: 65****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa a ser marcada é: A data e hora da entrada e saída de visitantes sejam registradas, e todos os visitantes sejam supervisionados, a não ser que o seu acesso tenha sido previamente aprovado; convém que as permissões de acesso sejam concedidas somente para finalidades específicas e autorizadas, e sejam emitidas com instruções sobre os requisitos de segurança da área e os procedimentos de emergência.

Essa característica pertence ao sub-item: Controles de Entrada Física

Fonte: Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 – Tecnologia da Informação – Técnicas de Segurança – Código de prática para gestão da segurança da informação- pág.: 32 e 33

**Questão: 67****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Alterações (por exemplo, itens do registro de trabalho – *backlog work itens*) - não são introduzidas durante execução de urgências (*Sprint*). Portanto, *Sprint* permite que os membros de uma equipe trabalhem em um ambiente de curto prazo, porém estável.

Fonte: PRESSMAN, R. S. – Engenharia de Software: uma abordagem profissional – 7ª ed. – Porto Alegre: AMGH, 2011 pág.: 95 e 96

**Questão: 72****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta como alternativa correta a “D”, pois a identidade do denunciante deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar. Não prospera a alegação de que a alternativa “C” também estaria incorreta, pois o enunciado é claro ao situar o assunto debatido na questão, qual seja, as Comissões de Ética, importantes instrumentos preconizados pelo Decreto nº 1.171/1994, não se confundindo com a Comissão de Ética Pública - CEP. Não há, tampouco, prejuízo para a resolução da questão com relação ao erro material do ano do Decreto nº. 1.171, sobretudo porque são abordados assuntos previstos no Decreto nº 6.029/2007. Cabe destacar, ainda, que a alternativa “A” está de acordo com o art. 7º, inciso I, do Decreto nº 6.029/2007.

**Questão: 74****Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O tempo verbal do enunciado da questão provocou os candidatos a procurarem elementos acerca da situação emergencial citada na resposta apontada como correta, o que prejudicou a resolução da questão. Por esse motivo, a questão deve ser anulada.

**Questão: 75****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Estão incorretos somente os itens II e IV. Na segunda assertiva, a recusa de fé a documentos públicos é penalizável com advertência, nos termos do art. 129: “A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave”. Por sua vez, a quarta assertiva também se mostra equivocada, considerando que o art. 139 informa que a inassiduidade habitual é caracterizada após a falta ao serviço por sessenta dias. A primeira e terceira assertivas estão em conformidade com o art. 131 e 133 da Lei 8112/90.

**Questão: 79****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “b” está em desacordo com o art. 1º, § 2º do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, pois os órgãos citados são órgãos de execução da AGU. Cabe destacar que o enunciado da questão solicita que, “Tendo em mente as disposições de tal decreto, assinale a alternativa INCORRETA”. Ou seja, pediu-se a resposta de acordo com o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, que em seu art. 2º, II, inseriu a Secretaria-Geral de Consultoria e a Secretaria-Geral de Contencioso como órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União.

**Questão: 80****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta está de acordo com a parte inicial do § 3º do art. 4º da Lei Complementar 73/93: "É permitida a delegação das atribuições previstas no inciso VI ao Procurador-Geral da União (...)". Com relação às alegações de que a alternativa "C" também está correta, estas não prosperam, na medida em que a parte final do dispositivo legal retromencionado é clara ao estabelecer que as atribuições do inciso XVII deste artigo somente podem ser delegadas no caso de serem **relativamente a servidores**. Logo, a alternativa "C" está incorreta, pois engloba também a promoção da lotação dos Membros da AGU.

**Cargo: Analista Técnico Administrativo (AGU)****Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa "E) II e III" não pode ser considerada correta, pois, a afirmativa "III. O aproveitamento acadêmico insatisfatório é visto como fator, que agregado a outros e não de forma isolada, para rompimento do benefício desfrutado através do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior)." é falsa de acordo com o texto comprovado através dos trechos em destaque a seguir:

"O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico."

"A Procuradoria Federal no estado da Bahia (PF/BA) e a Procuradoria Federal junto ao Fundo (PF/FNDE) esclareceram que a Portaria Normativa MEC nº 15/2011, que dispõe sobre o Fies, estabelece que o não aproveitamento acadêmico em pelo menos 75% das disciplinas cursadas pelo estudante impede a manutenção do financiamento."

Deste modo, não há necessidade de que haja outros fatores, além do aproveitamento acadêmico insatisfatório, para o rompimento do benefício desfrutado através do FIES.

A afirmativa "II. A AGU exerceu ativamente seu papel nos dois episódios destacados no texto nos quais foram utilizados argumentos equivalentes, obtendo os mesmos resultados." É considerada correta de acordo com o gabarito oficial, pois a palavra "equivalente" tem, de acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o seguinte significado: que tem igual valor, força, peso. Portanto, a expressão "os mesmos argumentos" pode ser substituída por "argumentos equivalentes" sem que haja prejuízo semântico.

**Fonte:**

- O próprio texto.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. ed. Objetiva.

**Questão: 02****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão "*Cada texto possui uma estrutura organizacional distinta. Considerando tal aspecto, assinale a relação corretamente estabelecida entre parágrafo e seu respectivo conteúdo.*" é possível identificar que o conteúdo programático utilizado em tal questão foi referente à compreensão e interpretação textual, presente no conteúdo do edital divulgado referente ao presente concurso.

A seguir destacamos os 3º§ e 4º § para análise:

*“A Procuradoria Federal no estado da Bahia (PF/BA) e a Procuradoria Federal junto ao Fundo (PF/FNDE) esclareceram que a Portaria Normativa MEC nº 15/2011, que dispõe sobre o Fies, estabelece que o não aproveitamento acadêmico em pelo menos 75% das disciplinas cursadas pelo estudante impede a manutenção do financiamento.*

*Os procuradores destacaram que ficou comprovado, no caso da primeira autora, que os documentos anexados para comprovar a enfermidade da filha se referiam a uma outra pessoa sem qualquer relação de parentesco com a estudante, além de serem de datas posteriores aos semestres que a universitária teve baixo rendimento.”*

A alternativa “E) 3º§ e 4º§ – Apresentação de embasamento legal para as decisões citadas no texto em relação ao FIES, além de exposição de elementos usados contra a estudante citada.” é indicada pelo gabarito com correta, pois, a referência ao conteúdo está correta com a correspondência indicada : 3º§ e 4º§. Há uma sequência do que ocorre primeiro no 3º§ e posteriormente no 4º§. Não há expressão de que , necessariamente, uma característica se aplique a um dos dois ou aos dois simultaneamente. A identificação dos dois parágrafos e o exposto a seguir referente a seu conteúdo pode ser confirmado no trecho em destaque. A alternativa “B) 1º§ – Apresentação de argumentos desenvolvidos ao longo do texto que sustentam a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU).” não pode ser considerada correta, pois, de acordo com o 1º§:

*“O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico. Essa foi a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU) acatada pela Justiça para impedir o aditamento indevido aos financiados, sem observar as regras do Ministério da Educação (MEC).” No 1º§ é apresentada a defesa, e não os argumentos que a sustentam conforme pode ser verificado pela expressão “[...] Essa foi a defesa da Advocacia-Geral da União [...]”*

A alternativa “D) 2º§ – Apresentação das ações e respectivos argumentos nos quais as estudantes basearam-se para pedir a prorrogação do financiamento estudantil.” não pode ser considerada correta, pois, de acordo com o 2º§:

*“Em duas ações, as estudantes pediam a prorrogação do financiamento estudantil, independentemente do baixo rendimento acadêmico por elas apresentado. Uma das autoras alegava que enfrentou problemas pessoais, pois sua filha estaria doente, o que a levou a ter um baixo rendimento na universidade.”* As ações são apresentadas, porém, os argumentos apresentados referem-se apenas a uma das autoras e não às duas estudantes conforme afirmação da alternativa D.

Fonte: edital do concurso.

O próprio texto.

### **Questão: 03**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

I. “O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico.” A alternativa “D) Apenas no trecho I existe a possibilidade da ocorrência do fenômeno da crase acrescentando-se o artigo definido feminino plural.” é considerada correta, pois, o enunciado da questão não trata de reescrita em que o sentido original devesse ser preservado, a análise nesta questão é referente ao emprego do acento grave indicador de crase. A alternativa “B) Em ‘a estudantes’ (I), caso a flexão de número do substantivo fosse alterada, o sinal grave indicativo de crase seria obrigatório.” não pode ser considerada



correta, pois, a alteração sugerida seria “O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudante com baixo rendimento acadêmico.” construção correta de acordo com a norma padrão, o que ocorre aqui é a presença obrigatória da preposição “a” em razão da regência e ausência do artigo feminino, o que possibilita a não utilização do acento grave indicador de crase.

Fonte: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

#### **Questão: 10**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A palavra “satisfatório” tem sua acentuação gráfica justificada pela seguinte regra: \* Regra das paroxítonas: Acentuam-se todas as paroxítonas terminadas em ditongo (seguido ou não de s): história, cárie, fáceis, tênue, órgão, etc.

Fonte: SACONNI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

#### **Questão: 11**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “E) argumentação / citação de autoridade” não pode ser considerada correta, pois, não há citação de autoridade no trecho em análise. As citações devem ser exatas, textuais. Toda citação deve vir entre aspas duplas. Quando ela compreende vários parágrafos, as aspas de abrir devem ser repetidas no início de cada um deles, mas as de fechar só após a última palavra da transcrição.

Fonte: GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

#### **Questão: 13**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O trecho a ser analisado foi transcrito no enunciado: “*Acerca das relações sintáticas que ocorrem no interior do período a seguir ‘Policiais de Los Angeles tomam facas de criminosos, perseguem bêbados na estrada e terminam o dia na delegacia fazendo seu relatório.’, é correto afirmar que*” não há menção ao trecho citado no recurso: “O advogado passou anos [...]” A alternativa “E) ‘de criminosos’, ‘na estrada’, ‘na delegacia’ são termos que indicam circunstâncias que caracterizam a ação verbal.” não pode ser considerada correta, pois, no trecho em análise, “de criminosos” – complemento nominal; “na estrada” - adjunto adverbial de lugar; “na delegacia” – adjunto adverbial de lugar. Portanto, tal alternativa não está correta, já que a primeira expressão destacada indica uma classificação sintática diferente das demais.

Fonte: A referida questão.

CEGALLA, Domingos Pascoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Novo acordo ortográfico. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

#### **Questão: 14**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao afirmar que a linguagem utilizada nos atos e comunicações oficiais é a norma padrão com presença de vocabulário técnico, não significa dizer que a norma padrão é constituída de vocabulário técnico, mas sim que - em tais documentos - o vocabulário técnico está presente junto à norma padrão, ideia expressa através da preposição “com”, vejamos trecho do Manual de Redação da Presidência da República acerca de tal questão:

“em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente.” A alternativa “A) uma linguagem erudita.” não pode ser considerada correta, pois, linguagem erudita não é sinônimo de linguagem culta.

Língua padrão e norma culta: Variedade utilizada na maior parte dos livros, jornais e revistas. É a variedade linguística de maior prestígio social.

Linguagem erudita: rebuscada, adquirida através de cultura variada.

O próprio trecho extraído do Manual de Redação da Presidência da República demonstra a diferença entre um e outro nível da linguagem:

“O mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do *padrão culto* da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que a) se observam as regras da gramática formal, e b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma. É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiosincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Lembre-se que o padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.”

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. ed. Objetiva.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. Integrado. Conforme nova ortografia. 3 ed. São Paulo: Atual, 2009.

SACONNI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

### Questão: 16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Vazão é a razão entre o volume e o tempo necessário para encher esse volume.

$$vazão = \frac{volume}{tempo}$$

A questão pediu a vazão em litros por minuto. Fazendo as devidas transformações.

$$7,68 m^3 = 7.680 \ell$$

$$4 h = 240 min$$

$$vazão: v = \frac{7.680 \ell}{240 min} = 32 \ell/min$$

A questão não citou possíveis variações na vazão da torneira. A vazão deve ser considerada como constante.

Mantido o gabarito LETRA A

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi... [et al.]. – 4. Ed. São Paulo: atual, 2007.

**Questão: 17****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

$$\underbrace{\frac{20}{30} \times \frac{19}{29} \times \frac{18}{28}}_{mulheres} + \underbrace{\frac{10}{30} + \frac{9}{29} + \frac{8}{28}}_{homens} = 0,3103 \cong 31\%$$

Mantido o gabarito LETRA D

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi... [et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007**Questão: 18****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pode ser resolvida como a soma dos termos de uma PG infinita e convergente, assunto previsto no edital.

$$0,2333 \dots = 0,2 + \underbrace{0,03 + 0,003 + 0,0003 + \dots}_{\substack{\text{soma dos termos de uma PG} \\ \text{infinita e convergente}}} = \frac{2}{10} + \frac{3}{100} + \frac{3}{1.000} + \frac{3}{10.000} + \dots =$$

$$= \frac{2}{10} + \frac{\frac{3}{100}}{1 - \frac{1}{10}} = \frac{2}{10} + \frac{1}{30} = \frac{7}{30} \Rightarrow \frac{p}{q} = \frac{7}{30} \Rightarrow p + q = 7 + 30 = 37$$

Mantido o gabarito LETRA A

As razões recursais apresentadas não se justificam visto que o conteúdo programático estava previsto no edital.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007**Questão: 19****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O assunto abordado pela questão está disposto no Edital, no tópico “Álgebra linear”, logo matrizes, determinantes e sistemas lineares estão inseridos neste tópico.

Fonte: Edital**Questão: 21****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O assunto abordado pela questão está disposto no Edital, no tópico “Álgebra linear”, logo matrizes, determinantes e sistemas lineares estão inseridos neste tópico.

Fonte: Edital**Questão: 26****Recurso Procedente. Questão anulada.**

A questão deve ser anulada.

Na opção de resposta letra “C” faltou a inscrição de um símbolo matemático (interseção) para a correta interpretação e solução da referida questão.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

**Questão: 29****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Dizer que não é verdade que, se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano, equivale a dizer que: “é mentira que se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano”. Se isto é mentira, a verdade é a negação da proposição “se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano”.

$$\sim(P \rightarrow Q) = P \wedge \sim Q$$

A negação de “se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano” é “Pedro não é brasileiro e João não é corintiano”.

Mantido o gabarito LETRA B

**Fonte:**

- Carvalho, Sérgio
- Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- 464 p. – (Série provas e concursos)
- Rocha, Enrique
- Raciocínio lógico: teoria e questão / Enrique Rocha. – 2. ed – Rio de Janeiro : Elsevier, 2006
- (Provas e concursos)

**Questão: 31****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda o conhecimento sobre a exclusão de todos os arquivos existentes na lixeira de um computador com o Sistema Operacional Microsoft Windows 7. Partindo do comando da questão que afirma que a lixeira já está aberta com arquivos, o procedimento fornecido pelo fabricante do S.O em questão (MICROSOFT) é na **barra de ferramentas**, clicar em **Esvaziar Lixeira** e em Sim.

O recurso é improcedente.

**Fonte:** <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/permanently-delete-files-recycle-bin#1TC=windows-7>

**Questão: 33****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o manual online disponibilizado pelo fabricante do produto em questão (MICROSOFT), o recurso **WordArt** é utilizado para produzir efeitos especiais de texto, como texto curvo, inclinado ou tridimensional. Para aplicar o recurso deve-se no menu Inserir, apontar para Imagem e em seguida clicar em WordArt.

O recurso é improcedente.

**Fonte:** <http://support.microsoft.com/kb/312802/pt-br>

**Questão: 35****Recurso Procedente. Questão anulada.**

Houve erro material na elaboração da questão. O comando correto para marcar as mensagens como lidas é pressionar as teclas Ctrl+Q. O pressionamento das teclas Ctrl+K é utilizado para verificar nomes.

O recurso é procedente e a questão deve ser anulada.

**Questão: 37****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A primeira sentença solicita que seja inserida na célula A3 a fórmula =MÉDIA(A2;B2;D1), que realiza a média dos argumentos informados na questão, logo, será realizada a média dos valores BRASIL, 5000 e 2000 que resultará no valor 3500. Embora o primeiro parâmetro não seja um valor numérico, o Microsoft Excel interpreta corretamente o comando realizando a média sobre os demais valores, não resultando em momento algum erro na execução do processo. A afirmativa é **VERDADEIRA**.

A segunda sentença solicita que seja inserida na célula B3 a fórmula =(B2/2)-MÁXIMO(D1;C2), logo, o Excel realizará o cálculo 2500-4000 que resultará no valor -1500. A não utilização de parêntesis externos a fórmula não interferem no correto funcionamento do cálculo. A afirmativa é **VERDADEIRA**.

A terceira sentença afirma que ao utilizar a fórmula =MESCLAR(A2;B1;C1;D2) é possível concatenar o nome de todos os países, logo, a afirmação é **FALSA** porque a função utilizada para realizar este procedimento é denominada CONCATENAR.

A quarta sentença solicita que seja inserida na célula D3 a fórmula =SE((C2-D1)>=A1;"ERRADO";"CORRETO"), que realizará o teste lógico 2000>=3000 que exibirá o argumento fornecido para o valor\_se\_falso que é "CORRETO". A afirmativa é **FALSA**.

O recurso é improcedente.

**Questão: 38****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao realizar o primeiro procedimento, o usuário irá remover todas as bordas da tabela selecionada.

Ao realizar o segundo procedimento, o usuário irá adicionar somente as bordas internas da tabela selecionada.

A alternativa que apresenta os comandos que preenchem as lacunas respectivamente é "A) removidas / internas a tabela".

O recurso é improcedente.

Fonte: Microsoft Office Word 2007

**Questão: 41****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não se pode dizer que houve um motim, uma revolta ou rebelião de militares subalternos contra seus superiores, pois a própria acusação apresentada responsabiliza todos os superiores por responsabilidade pelo ato. Além disso, não houve sublevação popular espontânea e violenta ou alguma revolta. O que aconteceu em 1981 foi que um grupo de militares da chamada "linha dura", insatisfeitos com o processo de abertura política e de redemocratização pelo qual vinha passando o Brasil nos últimos anos organizou um **atentado** que ficou conhecido como **Atentado ao Riocentro, no entanto, a investida** passou longe de se ter o efeito esperado não se concretizando o atentado aos trabalhadores que festejavam o dia do Trabalho e só serviu para intensificar a queda da ditadura militar no país.

Fonte: <http://www.infoescola.com/ditadura-militar/atentado-ao-riocentro/>

**Questão: 45****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em novembro de 2011, a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU), detalhou aspectos das atividades nucleares iranianas, que só faziam sentido se o

objetivo for a fabricação da bomba atômica. Como a China e a Rússia se opuseram a novas sanções na ONU, os EUA e a União Europeia (UE) anunciaram nos meses seguintes o embargo ao petróleo iraniano e punições financeiras contra nações que comprassem o petróleo do Irã.

Fonte:

- Almanaque Abril 2014 (São Paulo: Editora Abril, 2014, p.496).
- <http://neccint.wordpress.com/category/uniao-europeia/page/2/>
- <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ahmadinejad-admite-que-sancoes-incomodam-o-ira>

#### **Questão: 46**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em meio ao impasse entre o Irã e o ocidente, a nação árabe acusou Israel de assassinar cientistas nucleares no país e os EUA por terem conseguido introduzir um vírus de computador (*Stuxnet*) nas instalações nucleares do Irã para sabotar centrífugas de enriquecimento de urânio. Há alguns veículos que garantem que o Irã acusou Estados Unidos e Israel, no entanto, esta informação não macula a questão, pois em seu comando diz “As nações apontadas como responsáveis por estas ações, segundo o Irã, foram respectivamente”, desta forma, não há uma exclusão dizendo ser apenas Israel, mas as nações que foram acusadas por cada situação. Se Israel foi acusado por assassinar cientistas nucleares no país, tal fato já fundamenta e consolida a questão, onde os Estados Unidos também são citados. Haveria risco de incorreção se houvesse uma restrição, tipo “acusa apenas” ou o nome de um dos países acusados não estivesse impresso na alternativa.

Fonte:

- Almanaque Abril 2014 (São Paulo: Editora Abril, 2014, p.496).
- <http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/bomba-mata-cientista-nuclear-em-teera-ira-acusa-israel,ad388978358da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>
- <http://oglobo.globo.com/mundo/ira-acusa-eua-israel-de-matar-fisico-em-teera-3069728>
- <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ira-acusa-eua-e-israel-de-matar-fisico-em-teera,494423>

#### **Questão: 47**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As afirmativas I e IV estão incorretas. A construção civil possui o maior número de pessoas libertadas em trabalho escravo na área urbana. São 858 pessoas, ou seja, 38%. O número de pessoas resgatadas da escravidão foi maior nas cidades do que no campo. Dos 2.242 trabalhadores resgatados em 2013 no Brasil, 1.153 foram libertados em atividades não rurais, o que representa 51% do total de libertados. As afirmativas II e III estão corretas. A pecuária registrou o maior número de casos de trabalho escravo no campo, com 70 casos, praticamente metade dos casos da Zona Rural. É no campo que se concentra o maior número de casos de trabalho escravo, 141 ocorrências, 70%, contra 61 em atividades não rurais, 30%.

Fonte: <http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/50-dados-2013/351-release-a-escravidao-no-campo-e-na-cidade?Itemid=23>

#### **Questão: 49**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Estão corretas as afirmativas I e III. A Síria, país que obteve o maior número de concessões a refugiados em 2013 vive no governo de *Bashar Al Assad* o mais sanguinário conflito que está ocorrendo no planeta hoje. Os países que lideram os pedidos e concessões, Bangladesh e Síria, respectivamente, são do continente asiático. Para se entender que a Banca gostaria de saber os continentes que possuem mais países nas listas, a

afirmativa deveria ser “os países que lideram a lista de pedidos e concessões em quantitativo são ....” Da forma como está, sem esta especificação, afirma-se apenas que os países que estão na frente nas duas listas são do continente asiático. As afirmativas II e IV estão incorretas. O quantitativo de pedidos oriundos de países da região do Oriente Médio e de concessões não chega à metade dos números totais registrados. Os pedidos de refúgio vêm da Ásia (Síria, Paquistão, Butão, Irã e Líbano), África (Rep. Dem. Do Congo, Mali, Nigéria, Angola, Costa do Marfim, Eritreia e Senegal) e Américas (Colômbia, Bolívia e Venezuela).

Fonte:

- <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/brasil-tem-hoje-52-mil-refugiados-de-79-nacionalidades-diferentes.html>
- <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/refugiados-brasil/>

### **Questão: 50**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Costa Rica é um dos países observadores do bloco, que ainda não é um país membro, segundo informa o endereço eletrônico do bloco. O comando apresentava as características do novo bloco e vinha acompanhado de uma figura com o destaque aos quatro países que o integravam. Exigi-se o conhecimento prévio acerca desta significativa iniciativa no continente americano para a escolha da alternativa correta. A inserção do nome do bloco abaixo da figura, em espanhol, trata-se de uma identificação da origem desta figura que é uma prerrogativa utilizada, segundo orientações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que não macula a questão. Esta referência pode ser considerada um indicativo ou não da resposta, a depender do conhecimento prévio deste bloco, portanto, para marcar a alternativa correta seria necessário o conhecimento do fato. Ressalta-se a importância da leitura atenta da questão, com observância de todos os detalhes, abrangendo todas as informações impressas nesta.

Fonte: <http://alianzapacifico.net/paises/paises-observadores/>

### **Questão: 51**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão tratava do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada” e solicitava que fosse marcada a alternativa que não apresentasse relação direta com a temática levantada. Pois bem. A única alternativa que não trazia uma relação direta com a temática apresentada era aquela que tinha a seguinte redação “a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes (Súmula 629, do STF)”. Sustentavam os recursos que o tema mandado de segurança coletivo e autorização de entidade de classe, se interpretado com posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça, levariam à discussão sobre a coisa julgada. Com a devida vênias aos recursos apresentados, o raciocínio utilizado para sustentar que a coisa julgada tem relação com o texto da alternativa não indica uma relação direta com a temática, mas apenas indireta. Os recursos trazem todo um longo raciocínio, inclusive invocando jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para concluir que o tema mandado de segurança coletivo tem ligação com o tema coisa julgada. Percebe-se, portanto, como já dito, que a ligação não é direta, mas envolve outras discussões para se chegar a ela. Outros recursos indicam que o enunciado da questão trata, em síntese, da segurança jurídica e que foi visando à segurança jurídica que o Supremo Tribunal Federal editou a súmula citada. Ora, o conteúdo da alternativa e do enunciado da súmula não tratam da segurança jurídica. Assim, não há relação direta entre a alternativa e o enunciado. Deste modo, não há que se modificar a alternativa indicada pelo gabarito preliminar. Por fim, de se ressaltar que a alternativa que trata do arquivamento do inquérito policial e propositura de ação penal sobre o mesmo caso também tem ligação direta com a temática apresentada pelo enunciado. É que apesar de ainda não se falar em processo judicial, mas em procedimento administrativo, quando o inquérito policial é arquivado discute-se

se haveria coisa julgada formal ou material a impedir o ajuizamento de posterior ação penal. O posicionamento majoritário, inclusive indicado no enunciado de súmula citado na alternativa é o de que, com novas provas, seria possível o ajuizamento de ação penal, posto que a decisão de arquivamento faria, apenas, coisa julgada formal. Ao contrário, quando o arquivamento se desse por atipicidade do fato, haveria coisa julgada material. Assim, conclui-se que a alternativa tem ligação direta com a temática levantada no enunciado da questão. E tanto isso é verdade que alguns doutrinadores chegam a nomear os capítulos que tratam do tema como “coisa julgada na decisão de arquivamento”.

Fonte: LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LIMA, Renato Brasileiro de. Curso de Processo Penal. Niterói: Impetus, 2013.

#### **Questão: 52**

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os argumentos não trazem qualquer relação com a questão atacada.

#### **Questão: 53**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa I está correta, pois de acordo com o inciso XII do art. 37 da CRFB/88. A afirmativa II está correta, pois de acordo com inciso XI do art. 37 da CRFB/99. De se ressaltar que o próprio inciso XI se refere expressamente a “remuneração”. A afirmativa III está correta, pois de acordo com o inciso XIII do art. 37 da CRFB/88. Veja-se que as afirmativas reproduziram textualmente a Constituição Federal, não havendo que se falar em equívocos nelas.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil.

#### **Questão: 54**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa I está incorreta, pois fere a alínea “d” do inciso II do art. 128 da CRFB/88. A afirmativa II está incorreta, pois fere o §3º do art. 131 da CRFB/88. Não há como dizer que na execução da dívida ativa de natureza tributária, a AGU representará a União. Isto porque estabelece a CRFB/88 expressamente, no §3º do art. 131 que “Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, observado o disposto em lei.” Qualquer outra previsão em legislação infraconstitucional não está adequada ao comando constitucional. Por fim, a afirmativa III está incorreta, pois fere o art. 132 da CRFB/88, pois no concurso público para Procuradores do Estado, é obrigatória e não facultativa a participação da OAB.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil

#### **Questão: 55**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso improcedente posto que a alternativa “D”, aponta ato de improbidade administrativa caracterizado como “prejuízo ao erário” nos termos do art. 10 da Lei n. 8.429/92, enquanto as demais alternativas apontam as hipóteses de “atentado aos princípios” nos termos do art. 11 da norma. Recurso improcedente.

Fonte: BRASIL. Lei n. 8.429 de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.



**Questão: 57****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso improcedente, uma vez que as afirmativas referem-se aos conceitos legais previstos no art. 6º da Lei n. 8.666/93. O conceito previsto em “A” é de execução direta; o previsto em “B” menciona serviço prestado fora do país; o previsto em “C” é de projeto executivo; o previsto em “D” está corretamente apontado, enquanto que o previsto em “E” refere-se a serviços e não a obras. Recurso Improcedente,

Fonte: BRASIL. Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**Questão: 58****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão trata do tema aquisição da propriedade, tratado no Código Civil no Título III – Da Propriedade, Capítulo II – Da aquisição da propriedade imóvel; Seção III – Da aquisição por cessão; Subseção V – Das construções e plantações. O conteúdo encontrava-se previsto no edital no tópico: III – Noções de Direito Civil: (...) 2. Propriedade: aquisição.

Fonte: Edital, p. 17.

**Questão: 61****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Argumento insubsistente. A Administração Direta compreende o próprio Ente Federativo que presta os serviços por meio de seus próprios órgãos. Os órgãos são meros departamentos despersonalizados. Contudo, o Ente federativo possui personalidade jurídica de direito público. Recurso Improcedente.

Fonte:

- BRASIL. Constituição Federal, art. 37, caput.
- Doutrina do Direito Administrativo (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Celso Antônio Bandeira de Mello, Hely Lopes Meirelles, dentre outras.)

**Questão: 63****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Balanced Scorecard reflete o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências e, ainda, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. A partir dessa visão balanceada e integrada de uma organização, o BSC permite descrever a estratégia de forma muito clara, por intermédio de quatro dimensões: financeira; clientes; processos internos; aprendizado e crescimento. Mantem-se o gabarito preliminar.

Fonte:

[http://www.gespublica.gov.br/folder\\_rngp/folder\\_nucleo/MA/leituras/pasta.2010-07-01.1729046576/BALANCED%20SCORECARD.pdf](http://www.gespublica.gov.br/folder_rngp/folder_nucleo/MA/leituras/pasta.2010-07-01.1729046576/BALANCED%20SCORECARD.pdf)

Kaplan e Norton na prática - Editora Campus - 4 artigos fundamentais dos criadores do Balanced Scorecard.

**Questão: 65****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De início, deve-se frisar não haver equívoco no enunciado da questão. Isto porque, consta expressamente que João e José foram condenados pelos dois crimes – concussão e corrupção passiva – em concurso material.

Posteriormente, ao afirmar que o “juiz fixou as penas e João e José em 2 e 4 anos, respectivamente, pelos crimes de concussão e corrupção passiva”, está claro que, numa leitura do enunciado como um todo, o termo “respectivamente”, correlaciona os crimes às penas e não as penas aos agentes. Ademais, o conhecimento sobre concurso material não foi objeto de questionamento. Apenas foi citado no enunciado, não se exigindo do candidato conhecimento do tema. Do mesmo modo a referência do art. 59 do Código Penal, apenas integrava o enunciado da questão, mas não exigia que o candidato tivesse conhecimento do artigo. Por fim, é correta a alternativa que indica que “Manoel não praticou crime algum”. Como explica a doutrina “no tipo penal do art. 333 não se encontra a previsão do núcleo *dar*, ao contrário do que ocorre com os delitos mencionados nos arts. 309 do Código Penal Militar e 337-B do Código Penal. Assim, por não ser possível recurso à analogia *in malam partem*, deverá ser considerado atípico o comportamento do *extraneus* que, cedendo às solicitações do funcionário corrupto, lhe dá a vantagem indevida.”(GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2014, p. 1079-1080). Sobre o tema existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: HC 62908/SE, 5ª T., Relª Min.ª Laurita Vaz, DJ 3/12/2007, p. 339.

Fonte: GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2014, p. 1079-1080.

### **Questão: 66**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os recursos interpostos sustentam-se no argumento de que a alternativa “B” seja a resposta adequada ao enunciado. A questão pede que se identifique as peculiaridades da gestão por competências ou da administração de desempenho no âmbito da Administração Pública. A afirmativa “B” afirma que administração de desempenho no setor público refere-se à “identificação de talentos ou competências ausentes nas equipes de trabalho e, na impossibilidade de desenvolver seus atuais integrantes, recomendar a contratação externa ou interna de novas pessoas.” A afirmativa é incompatível com o contexto da Administração Pública, seja porque, diferentemente do setor privado, não há que se falar em substituição de pessoas e sim na possibilidade de capacitá-las para o desempenho de seus cargos; seja porque não existe a hipótese de recrutamentos internos de talentos. Mantem-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- Constituição da República, art. 37, II – ingresso mediante concurso.
- Decreto Federal n. 5.707/2006 - Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

### **Questão: 68**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As escolas de governo na atualidade se defrontam com desafios relacionados a:

Liderança e na efefividade gerencial, e não mais centrado na ideia de servidores estáveis de carreira;

Apoio estratégico aos governos e não mais na formação das futuras elites;

Maior integração aos desafios estratégicos do governo e não na identificação de pontos críticos da gestão pública.

### **Questão: 69**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A argumentação apresentada nos recursos, de que será a despesa com a despesa aluguéis de imóveis para atender pessoas desabrigadas em virtude de calamidade pública será atendido por crédito extraordinário, não

invalida o fato de que a mesma será integrante do orçamento da seguridade social, pois não é o tipo de crédito que estabelece a composição do orçamento e sim a finalidade da despesa.

Fonte: Constituição Federal art. 165, § 5º inciso III, c/c art. 194.

#### **Questão: 71**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não houve erro no gabarito preliminar divulgado, que apontou como correta a alternativa “C” – V, F, F, V. Isso porque a segunda e terceira assertivas estão em desacordo com o previsto na Seção I do Anexo do Decreto nº. 1.171/1994, incisos VII e VI, respectivamente.

“VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.”

#### **Questão: 72**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta como alternativa correta a “D”, pois a identidade do denunciante deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar. Não prospera a alegação de que a alternativa “C” também estaria incorreta, pois o enunciado é claro ao situar o assunto debatido na questão, qual seja, as Comissões de Ética, importantes instrumentos preconizados pelo Decreto nº 1.171/1994, não se confundindo com a Comissão de Ética Pública – CEP, instituída pelo Decreto de 26 de maio de 1999. Não há, tampouco, prejuízo para a resolução da questão com relação ao erro material do ano do Decreto nº. 1.171, sobretudo porque a questão concentra-se em abordar assuntos previstos no Decreto nº 6.029/2007.

#### **Questão: 74**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O tempo verbal do enunciado da questão provocou os candidatos a procurarem elementos acerca da situação emergencial citada na resposta apontada como correta, o que prejudicou a resolução da questão. Por esse motivo, a questão deve ser anulada.

#### **Questão: 75**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na segunda assertiva, a recusa de fé a documentos públicos é penalizável com advertência, nos termos do art. 129: “A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave”. Por sua vez, a quarta assertiva também se mostra equivocada, considerando que o art. 139 informa que a inassiduidade habitual é caracterizada após a falta ao serviço por sessenta dias. Em contrapartida, a primeira assertiva encontra-se em consonância com o disposto no art. 131, cabendo ressaltar que não se pode confundir com o prazo de prescrição da ação disciplinar previsto no art. 142, inciso II. A terceira afirmativa, por sua vez, está de acordo com o art. 132, XII, e 133,

*caput*, da Lei nº. 8.112/1990, sendo que este último dispositivo prevê expressamente a possibilidade de apresentação de opção do servidor.

**Questão: 78**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A primeira assertiva está de acordo com o art. 10, *caput*, da Lei nº. 10.480/2002.

A segunda e terceira assertivas estão em desacordo com o previsto nos arts. 10, § 9º, e 9º, PÚ, da Lei nº. 10.480/2002, respectivamente.

“Art. 9º É criada a Procuradoria-Geral Federal, à qual fica assegurada autonomia administrativa e financeira, vinculada à Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Incumbe à Advocacia-Geral da União a supervisão da Procuradoria-Geral Federal. (...)

Art. 10 (...) § 9º Em cada Procuradoria de autarquia ou fundação federal de âmbito nacional e nas Procuradorias Federais não especializadas haverá setor específico de cálculos e perícias, a ser instalado conforme a necessidade do serviço e a disponibilidade financeira.”

**Questão: 79**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “b” está em desacordo com o art. 1º, § 2º do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, pois os órgãos citados são órgãos de execução da AGU. Cabe destacar que o enunciado da questão solicita que, “Tendo em mente as disposições de tal decreto, assinale a alternativa INCORRETA”. Ou seja, pediu-se a resposta de acordo com o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, que em seu art. 2º, II, inseriu a Secretaria-Geral de Consultoria e a Secretaria-Geral de Contencioso como órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União.

**Questão: 80**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta está de acordo com a parte inicial do § 3º do art. 4º da Lei Complementar 73/93: “É permitida a delegação das atribuições previstas no inciso VI ao Procurador-Geral da União (...)”. Com relação às alegações de que a alternativa “C” também está correta, estas não prosperam, na medida em que a parte final do dispositivo legal retromencionado é clara ao estabelecer que as atribuições do inciso XVII deste artigo somente podem ser delegadas no caso de serem relativamente a servidores. Logo, a alternativa “C” está incorreta, pois engloba também a promoção da lotação dos Membros da AGU.

**Cargo: Analista Técnico Administrativo (SEP / PR)**

**Questão: 02**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “*Cada texto possui uma estrutura organizacional distinta. Considerando tal aspecto, assinale a relação corretamente estabelecida entre parágrafo e seu respectivo conteúdo.*” é possível identificar que o conteúdo programático utilizado em tal questão foi referente à compreensão e interpretação textual, presente no conteúdo do edital divulgado referente ao presente concurso.

A seguir destacamos os 3º§ e 4º § para análise:

*“A Procuradoria Federal no estado da Bahia (PF/BA) e a Procuradoria Federal junto ao Fundo (PF/FNDE) esclareceram que a Portaria Normativa MEC nº 15/2011, que dispõe sobre o Fies, estabelece que o não aproveitamento acadêmico em pelo menos 75% das disciplinas cursadas pelo estudante impede a manutenção do financiamento.*

*Os procuradores destacaram que ficou comprovado, no caso da primeira autora, que os documentos anexados para comprovar a enfermidade da filha se referiam a uma outra pessoa sem qualquer relação de parentesco com a estudante, além de serem de datas posteriores aos semestres que a universitária teve baixo rendimento.”*

A alternativa “E) 3º§ e 4º§ – Apresentação de embasamento legal para as decisões citadas no texto em relação ao FIES, além de exposição de elementos usados contra a estudante citada.” é indicada pelo gabarito com correta, pois, a referência ao conteúdo está correta com a correspondência indicada : 3º§ e 4º§. Há uma sequência do que ocorre primeiro no 3º§ e posteriormente no 4º§. Não há expressão de que , necessariamente, uma característica se aplique a um dos dois ou aos dois simultaneamente. A identificação dos dois parágrafos e o exposto a seguir referente a seu conteúdo pode ser confirmado no trecho em destaque. A alternativa “B) 1º§ – Apresentação de argumentos desenvolvidos ao longo do texto que sustentam a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU).” não pode ser considerada correta, pois, de acordo com o 1º§:

*“O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico. Essa foi a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU) acatada pela Justiça para impedir o aditamento indevido aos financiados, sem observar as regras do Ministério da Educação (MEC).” No 1º§ é apresentada a defesa, e não os argumentos que a sustentam conforme pode ser verificado pela expressão “[...] Essa foi a defesa da Advocacia-Geral da União [...]”*

A alternativa “D) 2º§ – Apresentação das ações e respectivos argumentos nos quais as estudantes basearam-se para pedir a prorrogação do financiamento estudantil.” não pode ser considerada correta, pois, de acordo com o 2º§:

*“Em duas ações, as estudantes pediam a prorrogação do financiamento estudantil, independentemente do baixo rendimento acadêmico por elas apresentado. Uma das autoras alegava que enfrentou problemas pessoais, pois sua filha estaria doente, o que a levou a ter um baixo rendimento na universidade.” As ações são apresentadas, porém, os argumentos apresentados referem-se apenas a uma das autoras e não às duas estudantes conforme afirmação da alternativa D.*

Fonte: edital do concurso.

O próprio texto.

### **Questão: 03**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

I. “O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico.” A alternativa “D) Apenas no trecho I existe a possibilidade da ocorrência do fenômeno da crase acrescentando-se o artigo definido feminino plural.” é considerada correta, pois, o enunciado da questão não trata de reescrita em que o sentido original devesse ser preservado, a análise nesta questão é referente ao emprego do acento grave indicador de crase. A alternativa “B) Em ‘a estudantes’ (I), caso a flexão de número do substantivo fosse alterada, o sinal grave indicativo de crase seria obrigatório.” não pode ser considerada correta, pois, a alteração sugerida seria “O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode

ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) **a estudante** com baixo rendimento acadêmico.” construção correta de acordo com a norma padrão, o que ocorre aqui é a presença obrigatória da preposição “a” em razão da regência e ausência do artigo feminino, o que possibilita a não utilização do acento grave indicador de crase.

Fonte: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

#### **Questão: 08**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “E) texto informativo, em que são relatados fatos reais e experiências vividas situados no tempo.” é indicada como correta, pois, o texto traz informações acerca de fatos reais ocorridos com duas estudantes e os respectivos pareceres dos procuradores. A função informativa da linguagem está em toda parte e em todos os atos de linguagem, pois não existe ato verbal desprovido de informação. Costuma-se, entretanto, considerar que certos usos da língua, como o dos noticiários, o da redação das leis, o dos ensaios, são particularmente representativos da função informativa, por se presumir que, sendo impessoais, neles prevalece o conteúdo a ser comunicado. É o que ocorre no texto em análise.

Fonte: AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

#### **Questão: 09**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “C) expressões de sentido diferente, assegurando o sentido atribuído no texto.” é considerada correta, pois, “aditamento indevido” (acréscimo impróprio) e “aditamento excepcional” (acréscimo extraordinário) são expressões de sentido diferente, portanto, para assegurar o sentido atribuído no texto (conforme prevê o enunciado), é necessário que as expressões utilizadas para substituição também tenham sentido diferente uma da outra.

Fonte: O próprio texto.

#### **Questão: 14**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao afirmar que a linguagem utilizada nos atos e comunicações oficiais é a norma padrão com presença de vocabulário técnico, não significa dizer que a norma padrão é constituída de vocabulário técnico, mas sim que - em tais documentos - o vocabulário técnico está presente junto à norma padrão, ideia expressa através da preposição “com”, vejamos trecho do Manual de Redação da Presidência da República acerca de tal questão: “em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente.” A alternativa “A) uma linguagem erudita.” não pode ser considerada correta, pois, linguagem erudita não é sinônimo de linguagem culta.

Língua padrão e norma culta: Variedade utilizada na maior parte dos livros, jornais e revistas. É a variedade linguística de maior prestígio social.

Linguagem erudita: rebuscada, adquirida através de cultura variada.

O próprio trecho extraído do Manual de Redação da Presidência da República demonstra a diferença entre um e outro nível da linguagem:

“O mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do *padrão culto* da língua. Há consenso de que o padrão

culto é aquele em que a) se observam as regras da gramática formal, e b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma. É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiosincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Lembre-se que o padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.”

Fonte:

- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. ed. Objetiva.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. Integrado. Conforme nova ortografia. 3 ed. São Paulo: Atual, 2009.
- SACONNI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

### Questão: 15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.** Acerca do documento no Padrão Ofício, o Manual de Redação da Presidência da República expressa:

#### 3. O Padrão Ofício

Há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma: o *ofício*, o *aviso* e o *memorando*. Com o fito de uniformizá-los, pode-se adotar uma diagramação única, que siga o que chamamos de *padrão ofício*. As peculiaridades de cada um serão tratadas adiante; por ora busquemos as suas semelhanças.

##### 3.1. Partes do documento no Padrão Ofício

O *aviso*, o *ofício* e o *memorando* devem conter as seguintes partes:

a) **tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede:**

Exemplos:

Mem. 123/2002-MF Aviso 123/2002-SG Of. 123/2002-MME

b) **local e data** em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita:

Exemplo:

Brasília, 15 de março de 1991.

c) **assunto:** resumo do teor do documento

Exemplos:

Assunto: **Produtividade do órgão em 2002.**

Assunto: **Necessidade de aquisição de novos computadores.**

d) **destinatário:** o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do ofício deve ser incluído também o *endereço*.

e) **texto:** nos casos em que não for de mero encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

– introdução, que se confunde com o parágrafo de abertura, na qual é apresentado o assunto que motiva a comunicação. Evite o uso das formas: "*Tenho a honra de*", "*Tenho o prazer de*", "*Cumpre-me informar que*", empregue a forma direta;

- desenvolvimento, no qual o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição;
- conclusão, em que é reafirmada ou simplesmente rerepresentada a posição recomendada sobre o assunto.

Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

Já quando se tratar de mero encaminhamento de documentos a estrutura é a seguinte:

– introdução: deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é *encaminhar*, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário, e assunto de que trata), e a razão pela qual está sendo encaminhado, segundo a seguinte fórmula: *"Em resposta ao Aviso nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, encaminhado, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal."*

ou

*"Encaminhado, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste."*

– desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de *desenvolvimento*; em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento.

f) **fecho** (v. 2.2. *Fechos para Comunicações*);

g) **assinatura** do autor da comunicação; e

h) **identificação do signatário** (v. 2.3. *Identificação do Signatário*).

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

## Questão: 26

### Recurso Procedente. Questão anulada

A questão deve ser anulada.

Na opção de resposta letra "C" faltou a inscrição de um símbolo matemático (interseção) para a correta interpretação e solução da referida questão.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

## Questão: 29

### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dizer que não é verdade que, se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano, equivale a dizer que: "é mentira que se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano. Se isto é mentira, a verdade é a negação da proposição "se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano".

$$\sim(P \rightarrow Q) = P \wedge \sim Q$$

A negação de "se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano" é "Pedro não é brasileiro e João não é corintiano"

Mantido o gabarito LETRA B

Fonte:

- Carvalho, Sérgio



- Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- 464 p. – (Série provas e concursos)
- Rocha, Enrique
- Raciocínio lógico: teoria e questão / Enrique Rocha. – 2. ed – Rio de Janeiro : Elsevier, 2006
- (Provas e concursos)

### Questão: 30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Serei aprovado se e somente se eu estudar muito.

P: Serei aprovado.

Q: Eu estudar muito.

$A \leftrightarrow B$ : Serei aprovado se e somente se eu estudar muito.

$\sim(P \leftrightarrow Q) = (P \wedge \sim Q) \vee (Q \wedge \sim P)$

A negação da proposição apresentada é:

Serei aprovado e não estudarei muito ou estudarei muito e não serei aprovado, que equivale a:

Estudarei muito e não serei aprovado ou serei aprovado e não estudarei muito.

Mantido o gabarito LETRA B

Fonte:

- Carvalho, Sérgio
- Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- 464 p. – (Série provas e concursos)

### Questão: 31

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda o conhecimento sobre a exclusão de todos os arquivos existentes na lixeira de um computador com o Sistema Operacional Microsoft Windows 7. Partindo do comando da questão que afirma que a lixeira já está aberta com arquivos, o procedimento fornecido pelo fabricante do S.O em questão (MICROSOFT) é na **barra de ferramentas**, clicar em **Esvaziar Lixeira** e em Sim.

O recurso é improcedente.

Fonte: <http://windows.microsoft.com/pt-br/windows/permanently-delete-files-recycle-bin#1TC=windows-7>

### Questão: 35

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Houve erro material na elaboração da questão. O comando correto para marcar as mensagens como lidas é pressionar as teclas Ctrl+Q. O pressionamento das teclas Ctrl+K é utilizado para verificar nomes.

O recurso é procedente e a questão deve ser anulada.

### Questão: 43

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A letra “E” dizia exatamente o que aconteceu: “uma das bombas explodiu acidentalmente e matou um dos militares e feriu o outro antes que a missão fosse executada”. Na noite do evento, dois militares, o sargento **Guilherme Pereira do Rosário** e o capitão **Wilson Dias Machado**, usavam um automóvel Puma metálico no

qual transportavam os artefatos explosivos que seriam utilizados no atentado. Ambos os militares eram integrantes do DOI do I Exército na cidade do Rio de Janeiro, sendo que o sargento Rosário era treinado em montagem de explosivos. Os militares pararam o carro no estacionamento do evento, onde provavelmente desenvolveram a montagem das bombas. O objetivo era explodi-las nos geradores de energia para acabar com os shows e espalhar o pânico entre os presentes. Contudo por volta das 21 horas, quando o Puma começava a sair da vaga onde tinha estacionado no Riocentro, provavelmente indo implantar as bombas, uma delas explodiu antes da hora e dentro do carro. A explosão inflou o teto e destruiu as portas do veículo, matando o sargento Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson Machado. Este, em atitude desesperada, se jogou para fora do carro clamando por ajuda e que o levassem para o hospital. Outra explosão ainda ocorreu de uma bomba que havia sido jogada na mini-estação elétrica que gerava a energia para o evento, mas, a bomba que havia sido jogada por cima do muro, explodiu no pátio e não interrompeu o evento.

Fonte: <http://www.infoescola.com/ditadura-militar/atentado-ao-riocentro/>

#### **Questão: 45**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em novembro de 2011, a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU), detalhou aspectos das atividades nucleares iranianas, que só faziam sentido se o objetivo for a fabricação da bomba atômica. Como a China e a Rússia se opuseram a novas sanções na ONU, os EUA e a União Europeia (UE) anunciaram nos meses seguintes o embargo ao petróleo iraniano e punições financeiras contra nações que comprassem o petróleo do Irã.

Fonte: Almanaque Abril 2014 (São Paulo: Editora Abril, 2014, p.496).

<http://neccint.wordpress.com/category/uniao-europeia/page/2/>

<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ahmadinejad-admite-que-sancoes-incomodam-o-ira>

#### **Questão: 49**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Estão corretas as afirmativas I e III. A Síria, país que obteve o maior número de concessões a refugiados em 2013 vive no governo de *Bashar Al Assad* o mais sanguinário conflito que está ocorrendo no planeta hoje. Os países que lideram os pedidos e concessões, Bangladesh e Síria, respectivamente, são do continente asiático. Para se entender que a Banca gostaria de saber os continentes que possuem mais países nas listas, a afirmativa deveria ser “os países que lideram a lista de pedidos e concessões em quantitativo são ....” Da forma como está, sem esta especificação, afirma-se apenas que os países que estão na frente nas duas listas são do continente asiático. As afirmativas II e IV estão incorretas. O quantitativo de pedidos oriundos de países da região do Oriente Médio e de concessões não chega à metade dos números totais registrados. Os pedidos de refúgio vêm da Ásia (Síria, Paquistão, Butão, Irã e Líbano), África (Rep. Dem. Do Congo, Mali, Nigéria, Angola, Costa do Marfim, Eritreia e Senegal) e Américas (Colômbia, Bolívia e Venezuela).

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/brasil-tem-hoje-52-mil-refugiados-de-79-nacionalidades-diferentes.html>

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/refugiados-brasil/>

#### **Questão: 50**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Costa Rica é um dos países observadores do bloco, que ainda não é um país membro, segundo informa o endereço eletrônico do bloco. O comando apresentava as características do novo bloco e vinha acompanhado

de uma figura com o destaque aos quatro países que o integravam. Exigi-se o conhecimento prévio acerca desta significativa iniciativa no continente americano para a escolha da alternativa correta. A inserção do nome do bloco abaixo da figura, em espanhol, trata-se de uma identificação da origem desta figura que é uma prerrogativa utilizada, segundo orientações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que não macula a questão. Esta referência pode ser considerada um indicativo ou não da resposta, a depender do conhecimento prévio deste bloco, portanto, para marcar a alternativa correta seria necessário o conhecimento do fato. Ressalta-se a importância da leitura atenta da questão, com observância de todos os detalhes, abrangendo todas as informações impressas nesta.

Fonte: <http://alianzapacifico.net/paises/paises-observadores/>

### **Questão: 51**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão tratava do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada” e solicitava que o candidato marcasse a alternativa que não apresentasse relação **direta** com a temática levantada. Pois bem. A única alternativa que não trazia uma relação direta com a temática apresentada era aquela que tinha a seguinte redação “a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes (Súmula 629, do STF)”. Sustentavam os recursos que o tema mandado de segurança coletivo e autorização de entidade de classe, se interpretado com posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça, levariam à discussão sobre a coisa julgada. Com a devida vênias aos recursos apresentados, o raciocínio utilizado para sustentar que a coisa julgada tem relação com o texto da alternativa não indica uma relação direta com a temática, mas apenas indireta. Os recursos trazem todo um longo raciocínio, inclusive invocando jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para concluir que o tema mandado de segurança coletivo tem ligação com o tema coisa julgada. Percebe-se, portanto, como já dito, que a ligação não é direta, mas envolve outras discussões para se chegar a ela. Outros recursos indicam que o enunciado da questão trata, em síntese, da segurança jurídica e que foi visando à segurança jurídica que o Supremo Tribunal Federal editou a súmula citada. Ora, o conteúdo da alternativa e do enunciado da súmula não tratam da segurança jurídica. Assim, não há relação direta entre a alternativa e o enunciado. Deste modo, não há que se modificar a alternativa indicada pelo gabarito preliminar. Por fim, de se ressaltar que a alternativa que trata do arquivamento do inquérito policial e propositura de ação penal sobre o mesmo caso também tem ligação direta com a temática apresentada pelo enunciado. É que apesar de ainda não se falar em processo judicial, mas em procedimento administrativo, quando o inquérito policial é arquivado discute-se se haveria coisa julgada formal ou material a impedir o ajuizamento de posterior ação penal. O posicionamento majoritário, inclusive indicado no enunciado de súmula citado na alternativa é o de que, com novas provas, seria possível o ajuizamento de ação penal, posto que a decisão de arquivamento faria, apenas, coisa julgada formal. Ao contrário, quando o arquivamento se desse por atipicidade do fato, haveria coisa julgada material. Assim, conclui-se que a alternativa tem ligação direta com a temática levantada no enunciado da questão. E tanto isso é verdade que alguns doutrinadores chegam a nomear os capítulos que tratam do tema como “coisa julgada na decisão de arquivamento”.

Fonte: LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Curso de Processo Penal**. Niterói: Impetus, 2013.

### **Questão: 53**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa I está correta, pois de acordo com o inciso XII do art. 37 da CRFB/88. A afirmativa II está correta, pois de acordo com inciso XI do art. 37 da CRFB/99. De se ressaltar que o próprio inciso XI se refere

expressamente a “remuneração”. A afirmativa III está correta, pois de acordo com o inciso XIII do art. 37 da CRFB/88. Veja-se que as afirmativas reproduziram textualmente a Constituição Federal, não havendo que se falar em equívocos nelas.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil.

#### **Questão: 54**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa I está incorreta, pois fere a alínea “d” do inciso II do art. 128 da CRFB/88. A afirmativa II está incorreta, pois fere o §3º do art. 131 da CRFB/88. Não há como dizer que na execução da dívida ativa de natureza tributária, a AGU representará a União. Isto porque estabelece a CRFB/88 expressamente, no §3º do art. 131 que “Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, observado o disposto em lei.” Qualquer outra previsão em legislação infraconstitucional não está adequada ao comando constitucional. Por fim, a afirmativa III está incorreta, pois fere o art. 132 da CRFB/88, pois no concurso público para Procuradores do Estado, é obrigatória e não facultativa a participação da OAB.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil

#### **Questão: 60**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão não trata do instituto civil da “confusão” em que uma pessoa é credora e devedora de si mesma. A questão aborda o instituto civil da “compensação” em que uma pessoa “x” deve a outra pessoa “y” e essa deve àquela. Conforme art. 368 do Código Civil brasileiro, “Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem”. O gabarito preliminar está correto. **Recurso improcedente.**

Fonte:

BRASIL. Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Art. 368.

#### **Questão: 61**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Argumento insubsistente. A Administração Direta compreende o próprio Ente Federativo que presta os serviços por meio de seus próprios órgãos. Os órgãos são meros departamentos despersonalizados. Contudo, o Ente federativo possui personalidade jurídica de direito público. Recurso Improcedente.

Fonte:

- BRASIL. Constituição Federal, art. 37, caput.
- Doutrina do Direito Administrativo (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Celso Antônio Bandeira de Mello, Hely Lopes Meirelles, dentre outras.)

#### **Questão: 62**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede que se identifiquem características predominantes na Administração Pública, no que tange ao formato de burocracia mecanizada. A Burocracia Mecanizada de Henry Mintzberg é a estrutura que mais se aproxima do modelo burocrático descrito por Max Weber. Coincide, assim, com a organização defendida como ideal pelos teóricos clássicos de administração, principalmente, no taylorismo. O recurso fundamenta-se no argumento de que a afirmativa “A” está compreendida na afirmativa “B”. Contudo, a afirmativa “A” não

completa corretamente o enunciado, posto que “especialistas com sólida formação técnica” não é a característica predominante da burocracia. Mantem-se o gabarito preliminar.

Fonte:

PUGH, Derek; HICHSON, David. (Org.) Os Teóricos das Organizações. Rio de Janeiro. Qualitymak, 2004, (p. 32-34)

### **Questão: 63**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Balanced Scorecard reflete o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências e, ainda, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. A partir dessa visão balanceada e integrada de uma organização, o BSC permite descrever a estratégia de forma muito clara, por intermédio de quatro dimensões: financeira; clientes; processos internos; aprendizado e crescimento. Mantem-se o gabarito preliminar.

Fonte:

[http://www.gespublica.gov.br/folder\\_rngp/folder\\_nucleo/MA/leituras/pasta.2010-07-01.1729046576/BALANCED%20SCORECARD.pdf](http://www.gespublica.gov.br/folder_rngp/folder_nucleo/MA/leituras/pasta.2010-07-01.1729046576/BALANCED%20SCORECARD.pdf)

Kaplan e Norton na prática - Editora Campus - 4 artigos fundamentais dos criadores do Balanced Scorecard.

### **Questão: 65**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De início, deve-se frisar não haver equívoco no enunciado da questão. Isto porque, consta expressamente que João e José foram condenados pelos dois crimes – concussão e corrupção passiva – em concurso material. Posteriormente, ao afirmar que o “juiz fixou as penas e João e José em 2 e 4 anos, respectivamente, pelos crimes de concussão e corrupção passiva”, está claro que, numa leitura do enunciado como um todo, o termo “respectivamente”, correlaciona os crimes às penas e não as penas aos agentes. Ademais, o conhecimento sobre concurso material não foi objeto de questionamento. Apenas foi citado no enunciado, não se exigindo do candidato conhecimento do tema. Do mesmo modo a referência do art. 59 do Código Penal, apenas integrava o enunciado da questão, mas não exigia que o candidato tivesse conhecimento do artigo. Por fim, é correta a alternativa que indica que “Manoel não praticou crime algum”. Como explica a doutrina “no tipo penal do art. 333 não se encontra a previsão do núcleo *dar*, ao contrário do que ocorre com os delitos mencionados nos arts. 309 do Código Penal Militar e 337-B do Código Penal. Assim, por não ser possível recurso à analogia *in malam partem*, deverá ser considerado atípico o comportamento do *extraneus* que, cedendo às solicitações do funcionário corrupto, lhe dá a vantagem indevida.”(GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2014, p. 1079-1080). Sobre o tema existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: HC 62908/SE, 5ª T., Relª Min.ª Laurita Vaz, DJ 3/12/2007, p. 339.

Fonte: GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2014, p. 1079-1080.

### **Questão: 68**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As escolas de governo na atualidade se defrontam com desafios relacionados a:

Liderança e na efetividade gerencial, e não mais centrado na ideia de servidores estáveis de carreira;

Apoio estratégico aos governos e não mais na formação das futuras elites;

Maior integração aos desafios estratégicos do governo e não na identificação de pontos críticos da gestão pública.

**Questão: 69****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A argumentação apresentada nos recursos, de que será a despesa com a despesa aluguéis de imóveis para atender pessoas desabrigadas em virtude de calamidade pública será atendido por crédito extraordinário, não invalida o fato de que a mesma será integrante do orçamento da seguridade social, pois não é o tipo de crédito que estabelece a composição do orçamento e sim a finalidade da despesa.

Fonte: Constituição Federal art. 165, § 5º inciso III, c/c art. 194.

**Questão: 72****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta como alternativa correta a “D”, pois a identidade do denunciante deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar. Não prospera a alegação de que a alternativa “C” também estaria incorreta, pois o enunciado é claro ao situar o assunto debatido na questão, qual seja, as Comissões de Ética, importantes instrumentos preconizados pelo Decreto nº 1.171/1994, não se confundindo com a Comissão de Ética Pública - CEP. Não há, tampouco, prejuízo para a resolução da questão com relação ao erro material do ano do Decreto nº. 1.171, sobretudo porque são abordados assuntos previstos no Decreto nº 6.029/2007. Cabe destacar, ainda, que a alternativa “A” está de acordo com o art. 7º, inciso I, do Decreto nº 6.029/2007.

**Questão: 74****Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O tempo verbal do enunciado da questão provocou os candidatos a procurarem elementos acerca da situação emergencial citada na resposta apontada como correta, o que prejudicou a resolução da questão. Por esse motivo, a questão deve ser anulada.

**Questão: 75****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na segunda assertiva, a recusa de fé a documentos públicos é penalizável com advertência, nos termos do art. 129: “A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave”. Por sua vez, a quarta assertiva também se mostra equivocada, considerando que o art. 139 informa que a inassiduidade habitual é caracterizada após a falta ao serviço por sessenta dias. Em contrapartida, a primeira assertiva encontra-se em consonância com o disposto no art. 131, cabendo ressaltar que não se pode confundir com o prazo de prescrição da ação disciplinar previsto no art. 142, inciso II. A terceira afirmativa, por sua vez, está de acordo com o art. 132, XII, e 133, *caput*, da Lei nº. 8.112/1990, sendo que este último dispositivo prevê expressamente a possibilidade de apresentação de opção do servidor.

**Questão: 78****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme se vê no trecho do Decreto nº. 8.033, de 27 de junho de 2013, abaixo colacionado, somente um dos critérios do parágrafo primeiro poderá ser utilizado concomitantemente, o que invalida a alternativa “c” como resposta válida.

“Art. 9º Nas licitações de concessão e de arrendamento, serão utilizados como critérios para julgamento, de forma isolada ou combinada, a maior capacidade de movimentação, a menor tarifa ou o menor tempo de movimentação de carga.

§ 1º O edital poderá prever ainda a **utilização de um dos seguintes critérios para julgamento**, associado com um ou mais dos critérios previstos no caput:

I - maior valor de investimento;

II - menor contraprestação do poder concedente; ou

III - melhor proposta técnica, conforme critérios objetivos estabelecidos pelo poder concedente.”

#### **Questão: 80**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o art. 2º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o arrendamento é o meio adequado para cessão onerosa de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do porto organizado, para exploração por prazo determinado. Tal instituto não se confunde com a concessão, compreendida como a cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado

### **Cargo: Bibliotecário (AGU)**

#### **Questão: 14**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao afirmar que a linguagem utilizada nos atos e comunicações oficiais é a norma padrão com presença de vocabulário técnico, não significa dizer que a norma padrão é constituída de vocabulário técnico, mas sim que - em tais documentos - o vocabulário técnico está presente junto à norma padrão, ideia expressa através da preposição “com”, vejamos trecho do Manual de Redação da Presidência da República acerca de tal questão: “em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente.” A alternativa “A) uma linguagem erudita.” não pode ser considerada correta, pois, linguagem erudita não é sinônimo de linguagem culta.

Língua padrão e norma culta: Variedade utilizada na maior parte dos livros, jornais e revistas. É a variedade linguística de maior prestígio social.

Linguagem erudita: rebuscada, adquirida através de cultura variada.

O próprio trecho extraído do Manual de Redação da Presidência da República demonstra a diferença entre um e outro nível da linguagem:

“O mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do *padrão culto* da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que a) se observam as regras da gramática formal, e b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma. É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiosincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Lembre-se que o padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.”

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. ed. Objetiva.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. Integrado. Conforme nova ortografia. 3 ed. São Paulo: Atual, 2009.

SACONNI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

### Questão: 23

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Cada deslocamento no sentido da seta X será chamado de H e cada deslocamento no sentido da seta Y será chamado de V.

Assim, não importa o caminho escolhido para sair de A e chegar em B sempre será necessário deslocar sete H e quatro V. Por exemplo:

HHHHVVHVHVH

HHHHHHHVVV

VVVVHHHHHH

HVHVHVHVHHH

É como se estivesse sendo feito anagramas com uma palavra de 11 letras, em que uma das letras aparece 4 vezes (letra V) e a outra aparece 7 vezes (letra H).

$$\frac{11!}{7! \times 4!} = 330$$

Mantido o gabarito LETRA C

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

### Questão: 26

**Recurso Procedente. Questão anulada**

Na opção de resposta letra “C” faltou a inscrição de um símbolo matemático (interseção) para a correta interpretação e solução da referida questão.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

### Questão: 35

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Houve erro material na elaboração da questão. O comando correto para marcar as mensagens como lidas é pressionar as teclas Ctrl+Q. O pressionamento das teclas Ctrl+K é utilizado para verificar nomes.

O recurso é procedente e a questão deve ser anulada.

### Questão: 60

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Balanced Scorecard reflete o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências e, ainda, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. A partir dessa visão balanceada e integrada de uma organização, o BSC permite descrever a estratégia de forma muito clara, por intermédio de quatro dimensões: financeira; clientes; processos internos; aprendizado e crescimento. A questão não pede para que se apresente as quatro dimensões como sugerido no argumento recursal. Mantem-se o gabarito preliminar. Recurso improcedente.



**Questão: 62**

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Embora os erros das alternativas A, B, C, D, não fossem relativos à pontuação e esse erro não seja crucial, as razões recursais procedem em afirmar que não existe...” espaço entre os dois pontos que separam o título da obra e o subtítulo.”

Fonte:

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR; FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (Trad.) Código de catalogação anglo-americano . 2. Ed. São Paulo: FEBAB, 2004. 1 v. (várias paginações)].

**Questão: 69**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão de referência “Posso retirar por empréstimo livros do acervo da Biblioteca do Senado Federal?” é uma questão pontual, pois é relativa às normas de empréstimo da biblioteca que refletem sua política de prestação de serviços. Para ser respondida não é necessário consultar uma fonte de informação geral ou especializada, basta citar um documento administrativo da biblioteca: o regulamento de empréstimo. As questões referentes ao regulamento da biblioteca (o que pode ser feito, prazos, horários, etc...) são classificadas como pontuais. Assim, a alternativa C deve ser assinalada.

Essa questão não se confunde com uma questão do tipo fatural embora os dois tipos - pontual e fatural -, expressem demandas consideradas simples. A questão fatural busca esclarecer um fato ou acontecimento externo à biblioteca como, por exemplo, a data de um acontecimento histórico. A localização do fato exige para sua solução o fornecimento da material informacional específico para a determinação de fatos específicos como, por exemplo, enciclopédias, dicionários biográficos, diretórios.

Vários autores abordam a tipologia das questões de referência. Grogan (2001) ao abordar as categorias de questões autolimitantes, caracteriza as questões de cunho administrativo e as consultas de localização de fatos no capítulo *A questão de referência*. Accart (2012) apresenta na página 111 um quadro com tipos de questões com que lida o serviço de referência. Esse quadro inclui as pontuais e as fatuais.

Fonte:

- ACCART, Jean-Philippe. Serviço de referência: do presencial ao virtual. Brasília,DF: Briquet de Lemos/Livros, 2012 p.111
- GROGAN, DENIS. A prática de serviço de referência. Brasília,DF: Briquet de Lemos/Livros, 2001.

**Questão: 70**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O serviço de referência responde a perguntas feitas pelo usuário e deve ter condições de validar a informação que fornece. A apresentação das fontes utilizadas e da estratégia de pesquisa é feita para deixar clara a autoridade da resposta. Accart (2012) ao abordar a resposta à questão de referência, afirma que em todos os casos a resposta” inclui os elementos que serviram para sua elaboração; a própria questão; a estratégia da pesquisa; os instrumentos bibliográficos utilizados na forma de referencias de documentos ou dos próprios documentos ou cópias, contendo, obrigatoriamente, a identificação sistemática das fontes. a claro qual a autoridade da resposta”

Fonte: ACCART, Jean-Philippe. Serviço de referência: do presencial ao virtual. Brasília,DF: Briquet de Lemos/Livros, 2012 p.107, 14

**Questão: 74**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O tempo verbal do enunciado da questão provocou os candidatos a procurarem elementos acerca da situação emergencial citada na resposta apontada como correta, o que prejudicou a resolução da questão. Por esse motivo, a questão deve ser anulada.

**Questão: 79**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “b” está em desacordo com o art. 1º, § 2º do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, pois os órgãos citados são órgãos de execução da AGU. Cabe destacar que o enunciado da questão solicita que, “Tendo em mente as disposições de tal decreto, assinale a alternativa INCORRETA”. Ou seja, pediu-se a resposta de acordo com o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, que em seu art. 2º, II, inseriu a Secretaria-Geral de Consultoria e a Secretaria-Geral de Contencioso como órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União.

**Questão: 80**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta está de acordo com a parte inicial do § 3º do art. 4º da Lei Complementar 73/93: “É permitida a delegação das atribuições previstas no inciso VI ao Procurador-Geral da União (...)”. Com relação às alegações de que a alternativa “C” também está correta, estas não prosperam, na medida em que a parte final do dispositivo legal retromencionado é clara ao estabelecer que as atribuições do inciso XVII deste artigo somente podem ser delegadas no caso de serem relativamente a servidores. Logo, a alternativa “C” está incorreta, pois engloba também a promoção da lotação dos Membros da AGU.

## **Cargo: Contador (SEP / PR)**

**Questão: 26**

**Recurso Procedente. Questão anulada**

Na opção de resposta letra “C” faltou a inscrição de um símbolo matemático (interseção) para a correta interpretação e solução da referida questão.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

**Questão: 35**

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Houve erro material na elaboração da questão. O comando correto para marcar as mensagens como lidas é pressionar as teclas Ctrl+Q. O pressionamento das teclas Ctrl+K é utilizado para verificar nomes.

O recurso é procedente e a questão deve ser anulada.

**Questão: 31****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda o conhecimento sobre a exclusão de todos os arquivos existentes na lixeira de um computador com o Sistema Operacional Microsoft Windows 7. Partindo do comando da questão que afirma que a lixeira já está aberta com arquivos, o procedimento fornecido pelo fabricante do S.O em questão (MICROSOFT) é na **barra de ferramentas**, clicar em **Esvaziar Lixeira** e em Sim.

O recurso é improcedente.

**Questão: 53****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A classificação do ativo mencionado no enunciado como “ativo imobilizado mensurado ao custo” está em pleno acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TG-27, conforme item 6 “ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e que se espera utilizar por mais de um período.

Fonte: Norma Brasileira de Contabilidade - NBC-TG-27

**Questão: 56****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta-se no argumento de que o conteúdo abordado na questão extrapola o conteúdo programático previsto para o cargo de Contador. Contudo, o assunto encontra-se acobertado pelo tópico 6 do conteúdo de Contabilidade Geral, págs 22/23 do Edital.

Fonte: Edital do certame. <http://idecan.org.br/concursos/146/1.pdf>

**Questão: 57****Recurso Procedente. Questão anulada.**

As alternativas A e C estão corretas, conforme Normas Gerais de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade...

**Duplicatas descontadas (Classificada subtrativamente em Duplicatas a Receber no Ativo Circulante)**

Duplicatas Descontadas deverão ser reclassificadas no Passivo Circulante, pois, pelas peculiaridades da operação, ainda há o risco de a empresa reembolsar o dinheiro obtido se seu cliente não liquidar a dívida no banco. É uma conta redutora de duplicatas a receber (Clientes). Tem a característica de uma obrigação financeira, pois em caso do cliente não liquidar a duplicata no vencimento, a empresa deverá saldá-la junto à instituição financeira (banco) que lhe havia adiantado o valor. **Reclassificar para o Passivo Circulante;**

**Alternativa A - CORRETA****Duplicatas a Receber**

Também conhecida como Clientes.

São valores a receber decorrentes das vendas efetuadas pela empresa a curto ou a longo prazo.

Se é para receber no curto prazo - as parcelas serão classificadas na conta Duplicatas a receber de curto prazo.

Se é para receber no longo prazo – as parcelas serão classificadas na conta Duplicatas a receber de longo prazo (pois serão pagas após o final do exercício seguinte).

**Alternativa E – INCORRETA.****Despesa do Exercício Seguinte (Classificada no Ativo Circulante)**

No grupo do Ativo Circulante, ele é o único grupo de contas que não se converterá em dinheiro, portanto, não servirá para pagar as dívidas da empresa. Por se tratar de uma despesa antecipada que será consumida pela empresa, no próximo ano, ela é classificada no Ativo Circulante. No entanto, não se transformará em dinheiro.

Essa despesa reduzirá o lucro do próximo exercício e, conseqüentemente, o Patrimônio Líquido. Por isso, os analistas mais conservadores preferem, na ocasião da análise, já deduzir do PL aquela despesa futura.

**Alternativa C - CORRETA**

#### **Empréstimos a diretores**

Empréstimos, adiantamentos ou vendas: independentemente do prazo de realização, por determinação legal, devem ser classificados no Realizável a longo prazo os valores a receber (desde que não constituam negócios usuais na exploração do objeto da empresa).

**Alternativa D – INCORRETA.**

#### **Ações em Tesouraria**

As ações ou quotas adquiridas pela companhia ou sociedade limitada serão registradas em conta específica redutora do Patrimônio Líquido, intitulada "ações ou quotas em tesouraria". À medida que as ações ou quotas forem alienadas, tal operação gerará resultados positivos ou negativos e não devem integrar o resultado da empresa. Se da operação resultar lucro, deverá ser registrado a crédito de uma reserva de capital.

**Alternativa E – INCORRETA. Não deve reduzir o capital social.**

#### **Questão: 64**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme se observa na transcrição da legislação (a seguir), não resta dúvidas de que o órgão Central é a Secretaria Federal de Controle Interno, na qual se encontra a Controladoria Geral da União e não "Controladoria Geral de Controle Interno do Governo Federal", conforme alternativa "B"

#### **Controle Interno**

**Compete à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) o exercício das atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Nesse sentido, em cumprimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e às disposições da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, cabe à SFC avaliar a execução de programas de governo, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência, da gestão dos administradores públicos federais, exercer o controle das operações de crédito e, também, exercer atividades de apoio ao controle externo.**

*Durante a realização das atividades, a SFC mantém o foco no aprimoramento da gestão e da execução das políticas públicas, visando à melhoria da prestação de serviços públicos. As atividades desenvolvidas estão divididas em quatro eixos de atividades:*

*Avaliação da Execução de Programas de Governo;*

*Avaliação da Gestão dos Administradores;*

*Ações Investigativas; e*

*Orientação Preventiva aos Gestores Públicos.*

*As atividades de Controle Interno são realizadas em todo o país, com a colaboração das unidades regionais da CGU nos Estados.*

*(Fonte: <http://www.cgu.gov.br/ControleInterno>)*

#### **LEI Nº 10.180, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001.**

*Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.*

#### **CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 21.** *O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos*

orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização.

**Art. 22. Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:**

**I - a Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central;**

**DECRETO Nº 4.304, DE 16 DE JULHO DE 2002**

*Altera dispositivos do Decreto no 3.591, de 6 de setembro de 2000, que dispõe sobre o sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.*

*O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,*

**DECRETA:**

*Art. 1º Os arts. 8º, 9º, 10, 11, 13, 15, 16 e 19 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 8º .....*

***I - a Controladoria-Geral da União, como Órgão Central, incumbido da orientação normativa e da supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema;***

***§ 1º A Secretaria Federal de Controle Interno desempenhará as funções operacionais de competência do Órgão Central do Sistema, na forma definida no regimento interno, além das atividades de controle interno de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, excetuados aqueles jurisdictionados aos órgãos setoriais constantes do inciso II.***

**Questão: 65**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A QUESTÃO ENCONTRA AMPARO NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA, ITENS 1.2, 1.3 E 2, CONFORME TRANSCRIÇÃO A SEGUIR.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**CONTADOR:**

*IV MATEMÁTICA FINANCEIRA:*

*1. Juros e descontos simples.*

*1.1. Juros e descontos compostos.*

*1.2. Equivalência financeira.*

*1.3. Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos.*

*1.4. Métodos de avaliação de fluxos de caixa.*

***2. Valor do dinheiro no tempo, Valor Presente e Taxa Interna de Retorno.***

**Questão: 72**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta como alternativa correta a "D", pois a identidade do denunciante deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar. Não prospera a alegação de que a alternativa "C" também estaria incorreta, pois o enunciado é claro ao situar o assunto debatido na questão, qual seja, as Comissões de Ética, importantes instrumentos preconizados pelo Decreto nº 1.171/1994, não se confundindo com a Comissão de Ética Pública - CEP. Não há, tampouco, prejuízo para a resolução da questão com relação ao erro material do ano do Decreto nº. 1.171, sobretudo porque são abordados assuntos previstos no Decreto nº 6.029/2007. Cabe destacar, ainda, que a alternativa "A" está de acordo com o art. 7º, inciso I, do Decreto nº 6.029/2007.

**Questão: 74****Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O tempo verbal do enunciado da questão provocou os candidatos a procurarem elementos acerca da situação emergencial citada na resposta apontada como correta, o que prejudicou a resolução da questão. Por esse motivo, a questão deve ser anulada.

**Cargo: Economista (SEP / PR)****Questão: 14****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao afirmar que a linguagem utilizada nos atos e comunicações oficiais é a norma padrão com presença de vocabulário técnico, não significa dizer que a norma padrão é constituída de vocabulário técnico, mas sim que - em tais documentos - o vocabulário técnico está presente junto à norma padrão, ideia expressa através da preposição “com”, vejamos trecho do Manual de Redação da Presidência da República acerca de tal questão: “em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente.” A alternativa “A) uma linguagem erudita.” não pode ser considerada correta, pois, linguagem erudita não é sinônimo de linguagem culta.

Língua padrão e norma culta: Variedade utilizada na maior parte dos livros, jornais e revistas. É a variedade linguística de maior prestígio social.

Linguagem erudita: rebuscada, adquirida através de cultura variada.

O próprio trecho extraído do Manual de Redação da Presidência da República demonstra a diferença entre um e outro nível da linguagem:

“O mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do *padrão culto* da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que a) se observam as regras da gramática formal, e b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma. É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiosincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Lembre-se que o padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.”

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. ed. Objetiva.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. Integrado. Conforme nova ortografia. 3 ed. São Paulo: Atual, 2009.

SACONNI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

**Questão: 26**

**Recurso Procedente. Questão anulada**

Na opção de resposta letra “C” faltou a inscrição de um símbolo matemático (interseção) para a correta interpretação e solução da referida questão.

**Questão: 35****Recurso Procedente. Questão anulada.**

Houve erro material na elaboração da questão. O comando correto para marcar as mensagens como lidas é pressionar as teclas Ctrl+Q. O pressionamento das teclas Ctrl+K é utilizado para verificar nomes.

O recurso é procedente e a questão deve ser anulada.

**Questão: 45****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

]Em novembro de 2011, a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU), detalhou aspectos das atividades nucleares iranianas, que só faziam sentido se o objetivo for a fabricação da bomba atômica. Como a China e a Rússia se opuseram a novas sanções na ONU, os EUA e a União Europeia (UE) anunciaram nos meses seguintes o embargo ao petróleo iraniano e punições financeiras contra nações que comprassem o petróleo do Irã.

**Fonte:**

- Almanaque Abril 2014 (São Paulo: Editora Abril, 2014, p.496).
- <http://neccint.wordpress.com/category/uniao-europeia/page/2/>
- <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ahmadinejad-admite-que-sancoes-incomodam-o-ira>

**Questão: 56****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se as barreiras à entrada são derrubadas, novas empresas entram no mercado e, portanto, novas transações são alcançadas até o peso morto zerar. Neste caso não há mais nenhuma possibilidade de lucro e isso ocorre no longo prazo.

**Fonte:** Varian, H. Microeconomia: Princípios Básicos. Elsevier.

**Questão: 62****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Szuster et al. (2013), os indicadores de liquidez medem a posição financeira da empresa, em termos de capacidade de pagamento. Já os indicadores dos fluxos de caixa ajudam a interpretar as informações providas pela demonstração dos fluxos de caixa, como o retorno do caixa operacional sobre o patrimônio líquido, a qualidade do lucro e o nível de recebimento das vendas.

Portanto, o gabarito deve ser mantido.

**Fonte:** Szuster, Natan; Cardoso, Ricardo Lopes; Szuster, Fortunée Rechtman; Szuster, Fernanda Rechtman; Szuster, Flávia Rechtman. Contabilidade Geral, ed. Altas, 2013.

**Questão: 67****Recurso Procedente. Questão anulada.**

Sustenta o recurso que as opções fornecidas na prova para assinalamento da alternativa correta, dentre as fornecidas, estão inválidas, pois a *taxa interna de retorno* deveria estar expressa em termos percentuais, procede a alegação, pois como taxa (em finanças) essa deve ser expressa em percentagem, ou seja, falta de alternativa com a resposta correta expressa com o símbolo da porcentagem, sendo totalmente procedente

esse recurso.

#### **Questão: 74**

##### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O tempo verbal do enunciado da questão provocou os candidatos a procurarem elementos acerca da situação emergencial citada na resposta apontada como correta, o que prejudicou a resolução da questão. Por esse motivo, a questão deve ser anulada.

### **Cargo: Técnico em Comunicação Social (AGU)**

#### **Questão: 01**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “E) II e III” não pode ser considerada correta, pois, a afirmativa “III. O aproveitamento acadêmico insatisfatório é visto como fator, que agregado a outros e não de forma isolada, para rompimento do benefício desfrutado através do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior).” é falsa de acordo com o texto comprovado através dos trechos em destaque a seguir:

“O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico.”

“A Procuradoria Federal no estado da Bahia (PF/BA) e a Procuradoria Federal junto ao Fundo (PF/FNDE) esclareceram que a Portaria Normativa MEC nº 15/2011, que dispõe sobre o Fies, estabelece que o não aproveitamento acadêmico em pelo menos 75% das disciplinas cursadas pelo estudante impede a manutenção do financiamento.”

Deste modo, não há necessidade de que haja outros fatores, além do aproveitamento acadêmico insatisfatório, para o rompimento do benefício desfrutado através do FIES.

A afirmativa “II. A AGU exerceu ativamente seu papel nos dois episódios destacados no texto nos quais foram utilizados argumentos equivalentes, obtendo os mesmos resultados.” É considerada correta de acordo com o gabarito oficial, pois a palavra “equivalente” tem, de acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o seguinte significado: que tem igual valor, força, peso. Portanto, a expressão “os mesmos argumentos” pode ser substituída por “argumentos equivalentes” sem que haja prejuízo semântico.

Fonte: O próprio texto.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. ed. Objetiva.

#### **Questão: 02**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “*Cada texto possui uma estrutura organizacional distinta. Considerando tal aspecto, assinale a relação corretamente estabelecida entre parágrafo e seu respectivo conteúdo.*” é possível identificar que o conteúdo programático utilizado em tal questão foi referente à compreensão e interpretação textual, presente no conteúdo do edital divulgado referente ao presente concurso.

A seguir destacamos os 3º§ e 4º § para análise:

“A Procuradoria Federal no estado da Bahia (PF/BA) e a Procuradoria Federal junto ao Fundo (PF/FNDE) esclareceram que a Portaria Normativa MEC nº 15/2011, que dispõe sobre o Fies, estabelece que o não



*aproveitamento acadêmico em pelo menos 75% das disciplinas cursadas pelo estudante impede a manutenção do financiamento.*

*Os procuradores destacaram que ficou comprovado, no caso da primeira autora, que os documentos anexados para comprovar a enfermidade da filha se referiam a uma outra pessoa sem qualquer relação de parentesco com a estudante, além de serem de datas posteriores aos semestres que a universitária teve baixo rendimento.”*

A alternativa “E) 3º§ e 4º§ – Apresentação de embasamento legal para as decisões citadas no texto em relação ao FIES, além de exposição de elementos usados contra a estudante citada.” é indicada pelo gabarito com correta, pois, a referência ao conteúdo está correta com a correspondência indicada : 3º§ e 4º§. Há uma sequência do que ocorre primeiro no 3º§ e posteriormente no 4º§. Não há expressão de que , necessariamente, uma característica se aplique a um dos dois ou aos dois simultaneamente. A identificação dos dois parágrafos e o exposto a seguir referente a seu conteúdo pode ser confirmado no trecho em destaque. A alternativa “B) 1º§ – Apresentação de argumentos desenvolvidos ao longo do texto que sustentam a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU).” não pode ser considerada correta, pois, de acordo com o 1º§:

*“O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico. Essa foi a defesa da Advocacia-Geral da União (AGU) acatada pela Justiça para impedir o aditamento indevido aos financiados, sem observar as regras do Ministério da Educação (MEC).”* No 1º§ é apresentada a defesa, e não os argumentos que a sustentam conforme pode ser verificado pela expressão “[...] Essa foi a defesa da Advocacia-Geral da União [...]”

A alternativa “D) 2º§ – Apresentação das ações e respectivos argumentos nos quais as estudantes basearam-se para pedir a prorrogação do financiamento estudantil.” não pode ser considerada correta, pois, de acordo com o 2º§:

*“Em duas ações, as estudantes pediam a prorrogação do financiamento estudantil, independentemente do baixo rendimento acadêmico por elas apresentado. Uma das autoras alegava que enfrentou problemas pessoais, pois sua filha estaria doente, o que a levou a ter um baixo rendimento na universidade.”* As ações são apresentadas, porém, os argumentos apresentados referem-se apenas a uma das autoras e não às duas estudantes conforme afirmação da alternativa D.

Fonte: edital do concurso.

O próprio texto.

### **Questão: 03**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

I. “O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes com baixo rendimento acadêmico.” A alternativa “D) Apenas no trecho I existe a possibilidade da ocorrência do fenômeno da crase acrescentando-se o artigo definido feminino plural.” é considerada correta, pois, o enunciado da questão não trata de reescrita em que o sentido original devesse ser preservado, a análise nesta questão é referente ao emprego do acento grave indicador de crase. A alternativa “B) Em ‘a estudantes’ (I), caso a flexão de número do substantivo fosse alterada, o sinal grave indicativo de crase seria obrigatório.” não pode ser considerada correta, pois, a alteração sugerida seria “O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não pode ser obrigado a prorrogar contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudante com baixo rendimento acadêmico.” construção correta de acordo com a norma padrão, o que

ocorre aqui é a presença obrigatória da preposição “a” em razão da regência e ausência do artigo feminino, o que possibilita a não utilização do acento grave indicador de crase.

Fonte: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

### Questão: 13

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O trecho a ser analisado foi transcrito no enunciado: “*Acerca das relações sintáticas que ocorrem no interior do período a seguir ‘Policiais de Los Angeles tomam facas de criminosos, perseguem bêbados na estrada e terminam o dia na delegacia fazendo seu relatório.’, é correto afirmar que*” não há menção ao trecho citado no recurso: “O advogado passou anos [...]” A alternativa “E) ‘de criminosos’, ‘na estrada’, ‘na delegacia’ são termos que indicam circunstâncias que caracterizam a ação verbal.” não pode ser considerada correta, pois, no trecho em análise, “de criminosos” – complemento nominal; “na estrada” - adjunto adverbial de lugar; “na delegacia” – adjunto adverbial de lugar. Portanto, tal alternativa não está correta, já que a primeira expressão destacada indica uma classificação sintática diferente das demais.

Fonte: A referida questão.

CEGALLA, Domingos Pascoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Novo acordo ortográfico. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

### Questão: 14

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao afirmar que a linguagem utilizada nos atos e comunicações oficiais é a norma padrão com presença de vocabulário técnico, não significa dizer que a norma padrão é constituída de vocabulário técnico, mas sim que - em tais documentos – o vocabulário técnico está presente junto à norma padrão, ideia expressa através da preposição “com”, vejamos trecho do Manual de Redação da Presidência da República acerca de tal questão: “em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente.” A alternativa “A) uma linguagem erudita.” não pode ser considerada correta, pois, linguagem erudita não é sinônimo de linguagem culta.

Língua padrão e norma culta: Variedade utilizada na maior parte dos livros, jornais e revistas. É a variedade linguística de maior prestígio social.

Linguagem erudita: rebuscada, adquirida através de cultura variada.

O próprio trecho extraído do Manual de Redação da Presidência da República demonstra a diferença entre um e outro nível da linguagem:

“O mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do *padrão culto* da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que a) se observam as regras da gramática formal, e b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma. É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiosincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Lembre-se que o padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.”

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. ed. Objetiva.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. Integrado. Conforme nova ortografia. 3 ed. São Paulo: Atual, 2009.

SACONNI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

### Questão: 15

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Acerca do documento no Padrão Ofício, o Manual de Redação da Presidência da República expressa:

#### 3. O Padrão Ofício

Há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma: o *ofício*, o *aviso* e o *memorando*. Com o fito de uniformizá-los, pode-se adotar uma diagramação única, que siga o que chamamos de *padrão ofício*. As peculiaridades de cada um serão tratadas adiante; por ora busquemos as suas semelhanças.

##### 3.1. Partes do documento no Padrão Ofício

O *aviso*, o *ofício* e o *memorando* devem conter as seguintes partes:

a) **tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede:**

Exemplos:

Mem. 123/2002-MF Aviso 123/2002-SG Of. 123/2002-MME

b) **local e data** em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita:

Exemplo:

Brasília, 15 de março de 1991.

c) **assunto:** resumo do teor do documento

Exemplos:

Assunto: **Produtividade do órgão em 2002.**

Assunto: **Necessidade de aquisição de novos computadores.**

d) **destinatário:** o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do ofício deve ser incluído também o *endereço*.

e) **texto:** nos casos em que não for de mero encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura:

– introdução, que se confunde com o parágrafo de abertura, na qual é apresentado o assunto que motiva a comunicação. Evite o uso das formas: "*Tenho a honra de*", "*Tenho o prazer de*", "*Cumpre-me informar que*", empregue a forma direta;

– desenvolvimento, no qual o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição;

– conclusão, em que é reafirmada ou simplesmente rerepresentada a posição recomendada sobre o assunto.

Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

Já quando se tratar de mero encaminhamento de documentos a estrutura é a seguinte:

– introdução: deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se a remessa do documento não tiver sido solicitada, deve iniciar com a informação do motivo da comunicação, que é *encaminhar*, indicando a seguir os dados completos do documento encaminhado (tipo, data, origem ou signatário, e assunto de que trata), e a razão pela qual está sendo encaminhado, segundo a seguinte fórmula: "Em resposta ao Aviso nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, encaminho, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal."

ou

"Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste."

– desenvolvimento: se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de *desenvolvimento*; em caso contrário, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento.

f) **fecho** (v. 2.2. *Fechos para Comunicações*);

g) **assinatura** do autor da comunicação; e

h) **identificação do signatário** (v. 2.3. *Identificação do Signatário*).

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)

### Questão: 18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pode ser resolvida como a soma dos termos de uma PG infinita e convergente, assunto previsto no edital.

$$0,2333 \dots = 0,2 + \underbrace{0,03 + 0,003 + 0,0003 + \dots}_{\text{soma dos termos de uma PG infinita e convergente}} = \frac{2}{10} + \frac{3}{100} + \frac{3}{1.000} + \frac{3}{10.000} + \dots =$$
$$= \frac{2}{10} + \frac{\frac{3}{100}}{1 - \frac{1}{10}} = \frac{2}{10} + \frac{1}{30} = \frac{7}{30} \Rightarrow \frac{p}{q} = \frac{7}{30} \Rightarrow p + q = 7 + 30 = 37$$

Mantido o gabarito LETRA A

As razões recursais apresentadas não se justificam visto que o conteúdo programático estava previsto no edital.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

### Questão: 19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O assunto abordado pela questão está disposto no Edital, no tópico "Álgebra linear", logo matrizes, determinantes e sistemas lineares estão inseridos neste tópico.

Fonte: Edital

### Questão: 21

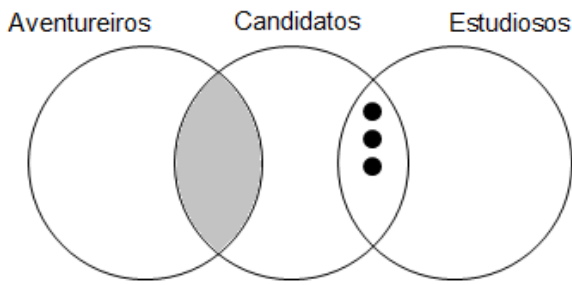
**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O assunto abordado pela questão está disposto no Edital, no tópico "Álgebra linear", logo matrizes, determinantes e sistemas lineares estão inseridos neste tópico.

Fonte: Edital

**Questão: 25**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**



Analisando as opções:

- A) Algum candidato é aventureiro. Para que seja verdadeira é necessária a existência de pelo menos um elemento na área sombreada. De acordo com as informações da questão não temos certeza da existência ou não de elemento nessa região.
- B) Algum aventureiro é candidato. Para que seja verdadeira é necessária a existência de pelo menos um elemento na área sombreada. De acordo com as informações da questão não temos certeza da existência ou não de elemento nessa região.
- C) Nenhum aventureiro é candidato. Para que seja verdadeira é necessária a não existência de elemento na área sombreada. De acordo com as informações da questão não temos certeza da existência ou não de elemento nessa região.
- D) Nenhum candidato é aventureiro. Para que seja verdadeira é necessária a não existência de elemento na área sombreada. De acordo com as informações da questão não temos certeza da existência ou não de elemento nessa região.
- E) Algum candidato não é aventureiro. É necessariamente verdadeira. Os elementos que pertencem a interseção dos conjuntos candidatos e estudiosos, no desenho acima, não pertencem ao conjunto aventureiros.

Mantido o gabarito LETRA E

Fonte:

- Rocha, Enrique
- Raciocínio lógico: teoria e questão / Enrique Rocha. – 2. ed – Rio de Janeiro : Elsevier, 2006
- (Provas e concursos)

**Questão: 26**

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Na opção de resposta letra “C” faltou a inscrição de um símbolo matemático (interseção) para a correta interpretação e solução da referida questão.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

**Questão: 28**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O ano não bissexto começa e termina no mesmo dia da semana.

O ano bissexto termina no dia da semana subsequente ao dia que começou. Por exemplo, se o ano bissexto começou em uma terça-feira, ele terminou em uma quarta-feira.

2012: ano bissexto: começou domingo e terminou segunda-feira.

2013: ano não bissexto: começou terça-feira e terminou terça-feira.

2014: ano não bissexto: começou quarta-feira e terminará quarta-feira.  
2015: ano não bissexto: começará quinta-feira e terminará quinta-feira.  
2016: ano bissexto: começará sexta-feira e terminará sábado.  
2017: ano não bissexto: começará domingo e terminará domingo.  
Assim, o dia 31/12/2017 será domingo, logo o dia 30/12/2017 será sábado.  
Mantido o gabarito LETRA A

### Questão: 29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Dizer que não é verdade que, se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano, equivale a dizer que: “é mentira que se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano. Se isto é mentira, a verdade é a negação da proposição “se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano”.

$$\sim(P \rightarrow Q) = P \wedge \sim Q$$

A negação de “se Pedro não é brasileiro, então João é corintiano” é “Pedro não é brasileiro e João não é corintiano”.

Mantido o gabarito LETRA B

Fonte:

- Carvalho, Sérgio
- Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- 464 p. – (Série provas e concursos)
- Rocha, Enrique
- Raciocínio lógico: teoria e questão / Enrique Rocha. – 2. ed – Rio de Janeiro : Elsevier, 2006
- (Provas e concursos)

### Questão: 35

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Houve erro material na elaboração da questão. O comando correto para marcar as mensagens como lidas é pressionar as teclas Ctrl+Q. O pressionamento das teclas Ctrl+K é utilizado para verificar nomes.

O recurso é procedente e a questão deve ser anulada.

### Questão: 40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda os conhecimentos sobre o conceito de "intranet" que é uma rede privada dentro de uma organização que está de acordo com os mesmos padrões da internet, acessível apenas por membros de uma organização.

Considerando o serviço que foi solicitado pelo gerente da situação hipotética apresentada, a única opção que atende as necessidades propostas por ele é a criação de uma intranet.

O recurso é improcedente.

Fonte: Intranet.

**Questão: 45****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em novembro de 2011, a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU), detalhou aspectos das atividades nucleares iranianas, que só faziam sentido se o objetivo for a fabricação da bomba atômica. Como a China e a Rússia se opuseram a novas sanções na ONU, os EUA e a União Europeia (UE) anunciaram nos meses seguintes o embargo ao petróleo iraniano e punições financeiras contra nações que comprassem o petróleo do Irã.

**Fonte:**

- Almanaque Abril 2014 (São Paulo: Editora Abril, 2014, p.496).
- <http://neccint.wordpress.com/category/uniao-europeia/page/2/>
- <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ahmadinejad-admite-que-sancoes-incomodam-o-ira>

**Questão: 51****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

É preciso atenção ao realizar uma prova, assim como no trabalho diário de um profissional, estando atento aos comandos. A questão solicitava que fossem marcadas as afirmativas INCORRETAS. Portanto, estavam incorretas as afirmações I e II. Segundo o artigo 8º do Código, o jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor, portanto, não se pode afirmar que o jornalista tem responsabilidade exclusiva sobre a matéria que escreveu, pois ela pode ser alterada por um editor e a responsabilidade neste caso passa para este. Resguardar o sigilo da fonte é um direito e não um dever do jornalista como se estabelece o artigo 5º. No artigo 7º fica definido que o jornalista não pode permitir o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas.

**Fonte:** <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>

**Questão: 52****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão trata exatamente do Código de ética da Radiodifusão Brasileira. Como não existe um código específico à radiodifusão que não seja o código de ética, utilizou-se seu nome usual. No entanto, o conteúdo refere-se exclusivamente a tema proposto no edital.

Segundo determina o Capítulo IV, referente aos noticiários, em seu artigo 19, as emissoras só transmitirão notícias provenientes de fontes fidedignas, não sendo, entretanto, por elas responsáveis. As emissoras observarão os seguintes critérios em seus noticiários:

- 1) As emissoras manterão em sigilo, quando julgarem conveniente e for pedido por lei, a fonte de suas notícias.
- 2) Toda ilustração que acompanhar uma notícia e que não lhe seja contemporânea, trará a indicação desta circunstância.
- 3) As emissoras deverão exercer o seu próprio critério para não apresentar imagens que, ainda que reais, possam traumatizar a sensibilidade do público do horário.
- 4) As notícias que puderem causar pânico serão dadas de maneira a evitá-lo.

**Fonte:**

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http>

**Questão: 55**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Vale destacar que a questão não solicita a marcação de uma afirmativa correta ou coerente, mas sim a que justifica uma corrente de estudiosos do setor que acredita na tendência expressa no enunciado. Os investimentos que estão sendo feitos na expansão e na modernização da planta de telecomunicações brasileira segundo esta Associação são brutais. Acreditam, portanto, que terão novos serviços com os quais a maioria de pessoas nem sonham hoje. Na verdade, os sistemas de telecomunicações, som, vídeo, mídia impressa e tantos outros vão sofrer grandes transformações. Na hora em que as redes de grande capacidade estiverem instaladas nas residências dos cidadãos, poderemos ter tudo na rede: filmes, noticiários em vídeo atualizados até o momento em que estivermos assistindo, telefone, Internet, música, livros, biblioteca e até a impressão de jornais e revistas a domicílio. Esta revolução tende a fazer desaparecer, segundo esta corrente, muitas das estruturas hoje existentes, como as atuais emissoras de rádio e TV, as locadoras de filmes, etc. Eles acreditam que qualquer um vai poder criar a sua emissora de rádio ou TV e colocá-la na rede. O consumidor é que vai decidir o que assistir.

Fonte:

<http://www.aslegis.org.br/aslegisoriginal/images/stories/cadernos/2000/Caderno10/politicanacionaldetelecomunicacoes.pdf>

**Questão: 56**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão tem por base o item o item 3 do Anexo Único – Conteúdo Programático das Provas Objetivas, que trata da Política Nacional de Telecomunicações. Com base na legislação brasileira para a comunicação audiovisual de Acesso Condicionado (Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011), está correta a afirmativa contida na opção C. Em todos os pacotes ofertados ao assinante, a cada 3 (três) canais de espaço qualificado existentes no pacote, ao menos 1 (um) deverá ser canal brasileiro de espaço qualificado. As demais estão incorretas, pois, além da produção, programação e distribuição, o empacotamento também é considerada uma das atividades da comunicação audiovisual de acesso condicionado. As atividades de produção, programação e empacotamento são livres para empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País. Dos canais brasileiros de espaço qualificado a serem veiculados nos pacotes, ao menos 2 (dois) canais deverão veicular, no mínimo, 12 (doze) horas diárias de conteúdo audiovisual brasileiro produzido por produtora brasileira independente, 3 (três) das quais em horário nobre. Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado: complexo de atividades que permite a emissão, transmissão e recepção, por meios eletrônicos quaisquer, de imagens, acompanhadas ou não de sons, que resulta na entrega de conteúdo audiovisual exclusivamente a assinantes. Tais regulamentações compõem de forma efetiva a política do Brasil para a área de Telecomunicações.

Fonte: <http://legislacao.anatel.gov.br/leis/143-lei-12485>

**Questão: 58**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao realizar uma prova é preciso estar atento ao comando da questão. Esta solicitava: “Considerando os conceitos jornalísticos, marque a alternativa que apresenta especificamente uma caricatura, peça jornalística



que começou a ser publicada nos veículos impressos, a partir do século XIX”. A caricatura é a utilização da imagem de uma personalidade, artista, político, etc, forma satírica e humorística como instrumento de opinião, apresentado um retrato do ser humano ou de objetos assinado. Bem diferente da charge já que esta critica também de forma humorística um fato, reproduzindo uma notícia segundo a ótica do chargista, podendo, inclusive combinar imagens e textos. A figura apresentada na alternativa E é a única caricatura, dentre as opções, pois não representa um fato, como as demais, mas um personagem e sua própria história.

Fonte:

- MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1994.
- <http://blogs.estadao.com.br/tragico-e-comico/2010/02/28/a-diferenca-entre-charge-e-caricatura/>
- <http://amarildocharge.wordpress.com/>
- <http://www.chargeonline.com.br/index.htm>

### **Questão: 60**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na afirmativa B o “Ou” exprime alternativa e não uma exclusão. A produção de texto para a *internet* proporcionou inicialmente o ressurgimento da função do *copydesk*, cargo comum nos jornais de antigamente, ocupado por jornalista com profundo conhecimento da língua portuguesa e domínio dos recursos da redação expositiva. Estes jornalistas tinham a tarefa de tornar mais claro e elegante o texto do repórter antes que chegasse às mãos do editor. No entanto, neste novo momento, o profissional necessita ofertar ao texto a objetividade e concisão necessárias a informações on-line, além de características específicas desta mídia, como a não linearidade da informação com a utilização dos hyperlinks. Por isso, ao trabalhar em cima do texto alheio, o jornalista de internet não deixa de ser um *copydesk*. Esta função não mais existe nos veículos tradicionais de comunicação na forma como foi instituída em meados do século XX.

Fonte: FERRARI, Pollyana. Jornalismo Digital. São Paulo: Contexto, 2003.

CARGO: Técnico em Comunicação Social (AGU)

### **Questão: 61**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A alternativa incorreta está contida na letra D, já que o primeiro telejornal da TV brasileira foi *Imagens do Dia*, que nasceu junto com a TV Tupi de São Paulo em 1950. O *Repórter Esso* foi implantado três anos após. No entanto, ao datar a primeira publicação do Jornal Correio Braziliense, a Banca apresentou apenas uma das variáveis quanto a data da criação deste jornal, já que há grande discordância entre os autores e o exemplar não apresenta em sua edição data, mas apenas o mês de publicação. Por esta dicotomia de opiniões entre vários autores da área, a Banca acata o recurso e solicita a anulação da questão.

Fonte: SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários. São Paulo: Escrita Editorial, 1991.

PATERNOSTRO, Vera Íris. O Texto na TV: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

### **Questão: 62**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As afirmações foram elaboradas com base em reflexões discutidas e fundamentadas em obras de grande respeitabilidade na área de telejornalismo. Segundo Vera Paternostro, “a TV possui uma linguagem que independe do conhecimento de um idioma ou de escritura. A imagem é o signo mais acessível à compreensão

humana. A TV mostra e o telespectador vê: ele entende, se informa e amplia o conhecimento (2006,p75) (...) O texto não deve ser descritivo. Não há necessidade de se descrever o que o telespectador está vendo. Evite redundâncias entre imagens e texto, evite paralelismo (2006, p.90)". Por isso, pode-se afirmar que "a informação visual é a principal expressão deste veículo, onde a própria imagem já oferece informações significativas ao telespectador, portanto, o texto não deve ser descritivo, mas complementar a imagem". Paternostro explica que "a TV transmite informação atualizada quando mostra o fato no momento exato em que ocorre. A alta tecnologia permite que a informação imediata chegue através da imagem. Os satélites mostram fatos ocorridos do outro lado do mundo (...) a TV mede o interesse do telespectador para orientar a programação e criar condições comerciais. As medições da audiência, quantitativa e qualitativamente, podem ser usadas na busca do estilo do jornalismo de uma emissora" (2006, p.75). Desta forma, torna-se possível entender que "o imediatismo está presente na produção jornalística para TV, já que a alta tecnologia permite que fatos sejam veiculados no momento exato que ocorrem, exigindo uma linguagem adequada ao estilo da emissora, o que pode se alcançado pela audiência", ou seja, pelo estudo do público desta emissora nas pesquisas de audiência que são constantemente realizadas. Vera Íris afirma ainda que a TV tem um timing, um ritmo, que torna suas informações superficiais. Há programas específicos de maior densidade (...) a informação na TV requer hora certa para ser vista e ouvida: a mensagem é instantânea. A informação é captada de uma só vez, no exato momento em que é emitida. Não tem como voltar atrás e ver de novo" (2006, p.75). Com isso, torna-se possível afirmar que "o ritmo da televisão, de um modo geral, colabora para que seus conteúdos jornalísticos tendam a uma superficialidade, que deve ser cuidadosamente trabalhada no texto devido à instantaneidade de transmissão das informações em tempo e hora pré-definidos".

Fonte: PATERNOSTRO, Vera Íris. O Texto na TV: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

#### **Questão: 64**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão trata especificamente do tipo de release para rádio e televisão, que possui um formato adequado a este veículo. Este tipo específico de *releases* deve ser produzido em situações específicas, como na divulgação de eventos em programas de entrevistas, reportagens e notícias diversas. Os textos devem ser redigidos conforme as convenções específicas de rádio e televisão. Para os noticiários, em função do imediatismo dos veículos, é aconselhável que o assessor faça um contato telefônico com a imprensa e promova a organização de entrevistas com o assessorado. As afirmação apresentadas no recurso relacionadas a Jorge Duarte, na obra Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia (fonte) tratam do release em formato tradicional. Em sua classificação tipológica, Duarte não especifica sobre o release para rádio e televisão no formato proposto por Elisa e Luiz Artur Ferrareto, na obra Assessoria de Imprensa: teoria e prática. Duarte não trata de um tipo com formato específico para rádio e TV em sua estrutura e linguagem.

##### Fonte:

- FERRARETO, Elisa K. e Luiz Artur. Assessoria de Imprensa: teoria e prática. São Paulo: Summus, 2009, p.73.
- DUARTE, Jorte. Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia. São Paulo: Atlas, 2003.

#### **Questão: 66**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O tipo de *release* adequado a ser enviado aos meios de comunicação é o release convocação que se assemelha a uma carta informativa sobre o evento. A entrevista coletiva simples ocorre em pequenos

ambientes, com número reduzido de repórteres, que fazem suas perguntas de forma aleatória, sem uma organização precisa. A estrutura americana é aquela em que o entrevistado é mantido a certa distância dos jornalistas, geralmente num ambiente maior como um auditório e a organização dos questionamentos em ordem capaz de atender toda a demanda criada pelos profissionais presentes. A utilização de *press kit* e *release* numa coletiva é uma prática recomendada, já que o material pode dar subsídios e esclarecimentos básicos para que o repórter se oriente na entrevista e na elaboração do texto.

Fonte: FERRARETTO, Elisa K. e Luiz Artur. Assessoria de Imprensa: teoria e prática. São Paulo: Summus, 2009, p.74 – 113 a 116

### **Questão: 67**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A definição de lapada utilizada na prova tem por base a clássica obra *O Texto na TV: manual de telejornalismo*, de Vera Íris Paternostro. Uma obra que trata especificamente da linguagem telejornalística e que é base para todos os estudos acerca. Todas as informações foram retidas desta obra onde se diz que a *lapada* virou sinônimo nas redações de TV de um compacto de matérias afins, como lapada de acidentes, lapada de comemorações da Semana Santa, etc. Os assuntos são separados por um efeito ou vinheta e o texto é o mais conciso e objetivo possível. O Dicionário de Comunicação, de Carlos Rabaça e Gustavo Barbosa apenas apresenta uma definição superficial do termo, sem entrar em detalhes específicos, como tipo de texto apropriado, até porque não é o objetivo do dicionário, mas sim de uma obra que trata especificamente da linguagem telejornalística. Em seu exemplo, os autores (Rabaça e Barbosa) falam da lapada internacional que traz informações num mesmo bloco de vários países. Ou seja, são informações, temas ou assuntos distintos que possuem um elo, uma ligação: o fato de serem internacionais. Ou seja, por mais superficial que seja a informação tratada nesta obra (Dicionário...), em âmbito geral, diz a mesma coisa que Paternostro diz com mais profundidade.

Fonte: PATERNOSTRO, Vera Íris. *O Texto na TV: manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, p. 208.

### **Questão: 69**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao desenvolver um projeto gráfico o profissional deve ter conhecimento superficial de todo o universo que envolve a impressão, já que o objetivo final deste projeto é ser impresso. Sem conhecimento, mesmo que superficial, dos tipos de impressões, cores, papeis, dificilmente ele conseguirá desenvolver um projeto eficiente e adequado. Portanto, não se justifica o fato de não estar especificadas estas ações, já que são determinantes para o desenvolvimento de qualquer tipo de projeto gráfico. Não se faz um produto sem saber sua roupagem ou formato prático. O papel cartão *bristol* emprega-se em trabalhos de luxo, como os cartões de visita, convites etc. o pergaminho vegetal é frequentemente empregado em capas de volumes. O papel *bouffant* é usado particularmente na impressão de livros e o papel-da-índia ou papel-bíbilia é empregado em peças extensas, com muitas páginas visando reduzir a espessura dos volumes.

Fonte: CARRAMILLO NETO, Mário. *Produção gráfica II: Papel, tinta, impressão e acabamento*. São Paulo: Global, 1997, p. 21 a 28.

**Questão: 72****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta como alternativa correta a “D”, pois a identidade do denunciante deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar. Não prospera a alegação de que a alternativa “C” também estaria incorreta, pois o enunciado é claro ao situar o assunto debatido na questão, qual seja, as Comissões de Ética, importantes instrumentos preconizados pelo Decreto nº 1.171/1994, não se confundindo com a Comissão de Ética Pública - CEP. Não há, tampouco, prejuízo para a resolução da questão com relação ao erro material do ano do Decreto nº. 1.171, sobretudo porque são abordados assuntos previstos no Decreto nº 6.029/2007. Cabe destacar, ainda, que a alternativa “A” está de acordo com o art. 7º, inciso I, do Decreto nº 6.029/2007.

**Questão: 74****Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O tempo verbal do enunciado da questão provocou os candidatos a procurarem elementos acerca da situação emergencial citada na resposta apontada como correta, o que prejudicou a resolução da questão. Por esse motivo, a questão deve ser anulada.

**Questão: 75****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Estão incorretos somente os itens II e IV. Na segunda assertiva, a recusa de fé a documentos públicos é penalizável com advertência, nos termos do art. 129: “A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave”. Por sua vez, a quarta assertiva também se mostra equivocada, considerando que o art. 139 informa que a inassiduidade habitual é caracterizada após a falta ao serviço por sessenta dias. A primeira e terceira assertivas estão em conformidade com o art. 131 e 133 da Lei 8112/90.

**Questão: 78****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A primeira assertiva está de acordo com o art. 10, *caput*, da Lei nº. 10.480/2002.

A segunda e terceira assertivas estão em desacordo com o previsto nos arts. 10, § 9º, e 9º, PÚ, da Lei nº. 10.480/2002, respectivamente.

“Art. 9º É criada a Procuradoria-Geral Federal, à qual fica assegurada autonomia administrativa e financeira, vinculada à Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Incumbe à Advocacia-Geral da União a supervisão da Procuradoria-Geral Federal. (...)

Art. 10 (...) § 9º Em cada Procuradoria de autarquia ou fundação federal de âmbito nacional e nas Procuradorias Federais não especializadas haverá setor específico de cálculos e perícias, a ser instalado conforme a necessidade do serviço e a disponibilidade financeira.”

**Questão: 79****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “b” está em desacordo com o art. 1º, § 2º do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, pois os órgãos citados são órgãos de execução da AGU. Cabe destacar que o enunciado da questão solicita que, “Tendo em mente as disposições de tal decreto, assinale a alternativa INCORRETA”. Ou seja, pediu-se a resposta de acordo com o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, que em seu art. 2º, II,

inseriu a Secretaria-Geral de Consultoria e a Secretaria-Geral de Contencioso como órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União.

#### **Questão: 80**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta está de acordo com a parte inicial do § 3º do art. 4º da Lei Complementar 73/93: "É permitida a delegação das atribuições previstas no inciso VI ao Procurador-Geral da União (...)". Com relação às alegações de que a alternativa "C" também está correta, estas não prosperam, na medida em que a parte final do dispositivo legal retromencionado é clara ao estabelecer que as atribuições do inciso XVII deste artigo somente podem ser delegadas no caso de serem **relativamente a servidores**. Logo, a alternativa "C" está incorreta, pois engloba também a promoção da lotação dos Membros da AGU. Deve ser considerado que a questão buscou exigir do candidato os conhecimentos acerca da possibilidade de delegação das atribuições pelo Advogado-Geral da União, conforme previsto na Lei Orgânica da AGU, devendo o candidato, portanto, se limitar a este diploma legal para a resolução da questão.

### **Cargo: Técnico em Contabilidade (AGU)**

#### **Questão: 07**

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa "E) determinado ponto de vista que será desenvolvido no texto." , considerada correta pelo gabarito oficial, pode ser comprovada através do trecho a seguir:

*"[...] Todas são fruto, numa palavra, da democracia.*

*Eis a principal diferença entre os dois Brasis, separados por 50 anos: em 1964 havia, à direita e à esquerda, ceticismo em relação à democracia; hoje, não mais. Se há pensamento autoritário no país, ele é minoritário. Nossas instituições democráticas deram prova de vitalidade ao promover o impeachment de um presidente, a condenação de corruptos poderosos no caso do mensalão e ao manter ampla liberdade de opinião e de expressão. A cada eleição, o brasileiro gosta mais da democracia." "C) afirmação associada ao desenvolvimento de uma ideia."*

Um ponto de vista é o elemento subjetivo que determina a impressão pessoal do autor, suas idiossincrasias, suas preferências, que fazem com que veja apenas o que quer ou pensa ver. Dizer, pois, que as conquistas citadas no texto são fruto da democracia aponta para um ponto de vista do autor. O desenvolvimento posterior está relacionado ao recurso argumentativo empregado no parágrafo seguinte em que o autor recorre a fatos históricos referenciados, registro da realidade observável. A alternativa "C) afirmação associada ao desenvolvimento de uma ideia." não pode ser considerada correta, pois, não há afirmação acrescida (associada) ao desenvolvimento de uma ideia no trecho em destaque, o desenvolvimento do ponto de vista ocorre posteriormente, conforme é registrado na alternativa "E".

Fonte: O próprio texto.

PIMENTEL, Carlos. Redação Descomplicada. 2 ed. São Paulo: Saraiva Editora, 2012.

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. 17 ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

**Questão: 10****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Os vocábulos ‘cinquentenário’ e ‘império’ são acentuados devido à mesma justificativa. O mesmo ocorre com o par de palavras apresentado em”, podemos compreendê-lo da seguinte forma: A expressão “o mesmo” refere-se ao fato de que os dois vocábulos apresentados possuem a mesma justificativa para a acentuação gráfica, portanto, deveria ser identificado o par de palavras em que o mesmo ocorre, ou seja, o par de palavras que possuem a mesma justificativa para a acentuação entre si, assim como “cinquentenário” e “império”. Os vocábulos “rápida” e “tráfego” são acentuados graficamente devido à mesma justificativa: as duas palavras são proparoxítonas e toda proparoxítonas deverá ser acentuada graficamente.

Fonte: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

**Questão: 16****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede a probabilidade de o número voltado para cima seja o número 3, dado que tal número é ímpar.

$$probabilidade = \frac{\text{número de casos que interessam}}{\text{número total de casos}}$$

Número de caso que interessam = 1 (sair o número 3)

Número total de casos = 3 (um número ímpar entre os números 1, 3 e 5)

$$probabilidade = \frac{1}{3}$$

Mantido o gabarito LETRA A.

Fonte

Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

**Questão: 30****Recurso Procedente. Questão anulada.**

A questão deve ser anulada, pois possuem duas possíveis respostas corretas, letras: A e C

Partindo do pressuposto de que todas as proposições são verdadeiras.

$P_1$ : Se não estudo DT, então não estudo Português  
 $F_7$   $F_6$

$P_2$ : Estudo RL ou estudo Contaba  
 $V_3$   $F_2$

$P_3$ : Estudo Português ou não estudo RL  
 $V_5$   $F_4$

$P_4$ : Hoje não estudo Contaba  
 $V_1$

Conclusões: Não estudo Contaba

Estudo RL

Estudo Português

Estudo DT

Fonte: Carvalho, Sérgio - Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, 464p. – (Série provas e concursos)

**Questão: 46**

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Há uma incorreção de digitação onde a palavra “polícia” foi digitada no lugar de política, o que gera confusão quanto ao entendimento correto da afirmativa. Desta forma, a fim de evitar prejuízos, a questão deve ser anulada.

**Questão: 53**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Independentemente de ter sido efetuado o pagamento ou não, trabalha-se com o regime de competência. Considerando que à vista o computador vale R\$4.600,00, o montante de R\$400,00, refere-se a juros pela aquisição a prazo. Portanto, o valor do computador que deve ser registrado no imobilizado é de R\$4.600,00. Contudo, para que o computador funcione é necessário um sistema operacional (*programa básico, fundamental para sua operação*).

Assim, ao valor de R\$4.600,00 deve ser acrescentado R\$200,00, pois sem esse programa o computador não funciona.

Até o momento o valor a ser contabilizado é de R\$4.800,00.

Ocorre que de acordo com as normas contábeis, o frete de imobilizado deve ser acrescido ao valor do mesmo.

Então, ao valor de R\$4.800,00 adiciona-se o valor do frete: R\$100,00.

Dessa forma, o valor a ser registrado no Ativo é de R\$4.900,00, pois este é o valor real do bem para a empresa.

Evidentemente, os valores das prestações serão devidamente registrados no Passivo, além de outras contabilizações que se fazem necessárias, em virtude do Método das Partidas Dobradas.

**Questão: 66**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Lei de Walras estabelece que sempre o consumidor vai exaurir a sua renda, pois a utilidade é crescente em relação aos bens. Logo ela está inserida dentro dos tópicos abaixo:

3.1. Teoria do Consumidor. 3.1.1. Teoria da utilidade: conceitos e aplicações. 3.1.2. Curva de demanda.

Apesar da mesma ser aplicada na Teoria do Equilíbrio Geral, ela se insere inicialmente no problema de maximização da utilidade do consumidor, ou seja, na Teoria do Consumidor.

Fonte: Varian, H. Microeconomia: Princípios Básicos. Elsevier.

## Cargo: Técnico em Contabilidade (SEP / PR)

**Questão: 16**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede a probabilidade de o número voltado para cima seja o número 3, dado que tal número é ímpar.

$$\text{probabilidade} = \frac{\text{número de casos que interessam}}{\text{número total de casos}}$$

Número de caso que interessam = 1 (sair o número 3)

Número total de casos = 3 (um número ímpar entre os números 1, 3 e 5)

$$probabilidade = \frac{1}{3}$$

Mantido o gabarito LETRA A.

Fonte: Matemática: volume único/Gelson Iezzi...[et al.]. – 4. Ed. São Paulo : atual, 2007

### Questão: 30

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

A questão deve ser anulada, pois possuem duas possíveis respostas corretas, letras: A e C

Partindo do pressuposto de que todas as proposições são verdadeiras.

$P_1$ : Se não estudo DT, então não estudo Português  
 $F_7$   $F_6$

$P_2$ : Estudo RL ou estudo Contaba  
 $V_3$   $F_2$

$P_3$ : Estudo Português ou não estudo RL  
 $V_5$   $F_4$

$P_4$ : Hoje não estudo Contaba  
 $V_1$

Conclusões: Não estudo Contaba

Estudo RL

Estudo Português

Estudo DT

Fonte:

- Carvalho, Sérgio - Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010,
- 464p. – (Série provas e concursos)

### Questão: 46

**Recurso Procedente. Questão anulada.**

Há uma incorreção de digitação onde a palavra “polícia” foi digitada no lugar de política, o que gera confusão quanto ao entendimento correto da afirmativa. Desta forma, a fim de evitar prejuízos, a questão deve ser anulada.

### Questão: 50

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão solicitava que fosse marcada a afirmativa INCORRETA. Por isso, não se pode afirmar que a maior perda de integrantes na Câmara ocorreu na região Sul, mas no Nordeste que caiu de 151 para 147. O Norte teve o maior aumento já que a bancada dos estados desta região aumentou de 65 para 70, sendo que o Pará registrou a maior elevação de bancada (17 para 21). O Nordeste apresenta o maior número de estados com redução (4 – Pernambuco, Paraíba, Piauí e Alagoas). O Centro-Oeste não registrou nenhuma mudança entre suas unidades, já o Sudeste teve mudanças em Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, no entanto, o resultado final ficou o mesmo, já que Minas aumentou duas cadeiras e Rio e Espírito Santo perderam uma cadeira cada.

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/agu-pede-ao-supremo-para-julgar-com-urgencia-alteracao-em-bancadas.html>



**Questão: 52**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Observa-se que referida questão foi construída com base em transcrição literal de algumas partes do artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000, conforme transcrição a seguir.

*“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”*

A alternativa “E” foi retirada do § 1º. Observa-se trata do conteúdo da Lei do Plano Plurianual (PPA) e não de documentos que deverão acompanhar a Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme comando da questão.

**Portanto, a alternativa está INCORRETA.**

*§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.*

A alternativa “B” foi retirada do § 2º. Observa-se trata do conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e não de documentos que deverão acompanhar a Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme comando da questão. **Portanto, a alternativa está INCORRETA.**

*§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.*

A alternativa “D” foi retirada do § 6º. Observa-se trata de documento que deverá acompanhar a Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme comando da questão. **Portanto, a alternativa está CORRETA.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 - LRF

*Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:*

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

*§ 2º O Anexo conterá, ainda: [...]*

*II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;*

*III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;*

As alternativas “A” e “C” foram retiradas do Artigo 4º, § 2º da LRF. Observa-se trata de anexos que deverão acompanhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e não a Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme comando da questão. **Portanto, as alternativas estão INCORRETAS.**

**Questão: 53****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Independentemente de ter sido efetuado o pagamento ou não, trabalha-se com o regime de competência. Considerando que à vista o computador vale R\$4.600,00, o montante de R\$400,00, refere-se a juros pela aquisição a prazo. Portanto, o valor do computador que deve ser registrado no imobilizado é de R\$4.600,00. Contudo, para que o computador funcione é necessário um sistema operacional (*programa básico, fundamental para sua operação*).

Assim, ao valor de R\$4.600,00 deve ser acrescentado R\$200,00, pois sem esse programa o computador não funciona.

Até o momento o valor a ser contabilizado é de R\$4.800,00.

Ocorre que de acordo com as normas contábeis, o frete de imobilizado deve ser acrescido ao valor do mesmo. Então, ao valor de R\$4.800,00 adiciona-se o valor do frete: R\$100,00.

Dessa forma, o valor a ser registrado no Ativo é de R\$4.900,00, pois este é o valor real do bem para a empresa.

Evidentemente, os valores das prestações serão devidamente registrados no Passivo, além de outras contabilizações que se fazem necessárias, em virtude do Método das Partidas Dobradas.

**Questão: 54****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A QUESTAO ESTÁ DE ACORDO COM A LEI 6.404 /1976

O Lucro Líquido Contábil é diferente do Lucro Líquido Ajustado.

O Lucro Líquido Contábil é ajustado pela constituição da Reserva Legal, pela parte destinada às Reservas de Contingências e pela Contabilização dos Lucros a Realizar.

Considerando os dados fornecidos pelo comando da questão tem-se:

Lucro Líquido Contábil	60.000,00
Reserva Legal = 5% do Lucro Líquido Contábil = R\$3.000,00 Entretanto, a Lei 6.404 /1976 determina que a Reserva Legal deverá ser constituída mediante destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, pela companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida. Considerando que já existe Reserva Legal no montante de R\$14.000,00, faz-se necessário reservar apenas mais R\$2.000,00. <i>Reserva legal já efetuada = 14.000,00</i> <i>Reserva legal mínima exigida = 16.000,00 (20% do Capital Social)</i>	
Lucro Líquido Ajustado	58.000,00
<b>25% de 58.000,00</b>	<b>14.500,00</b>

**Questão: 56****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os cálculos solicitados devem seguir fielmente o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme transcrição a seguir.

*Divulgação de Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais*

22 - De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de:

(a) **mudanças ocorridas no período** nos estoques e nas **contas operacionais a receber e a pagar**;

(b) **itens que não afetam o caixa**, tais como **depreciação, provisões, impostos diferidos, variações cambiais não realizadas, resultado de equivalência patrimonial em investimentos e participação de minoritários, quando aplicável**; e

(c) todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa sejam fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento ou de financiamento.

**Alternativamente, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pode ser apresentado, conforme o método indireto, mostrando as receitas e as despesas divulgadas na demonstração do resultado e as mudanças ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar.**

<b>Descrição</b>	<b>Valores Originais</b>	<b>Ajustes</b>
<b>Despesas Gerais</b>	<b>- 50.000</b>	<b>14.000</b>
<i>Despesa de Depreciação</i>	<i>- 30.000</i>	<i>30.000</i>
<i>Receita de Equivalência Patrimonial</i>	<i>40.000</i>	<i>-40.000</i>
<i>Outros resultados operacionais — Venda de ativo imobilizado</i>	<i>20.000</i>	<i>-20.000</i>
<b>TOTAL DOS AJUSTES</b>		<b>-16.000</b>

**III**  
**DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

**18 de junho de 2014**

**IDECAN**